

PILAR I: Gestão Macroeconómica e Pobreza

I. Análise Global

O desempenho global do Governo na área de Gestão Macroeconómica em 2010 foi misto, tendo-se verificado um bom desempenho em termos de nível de crescimento económico, grandes desafios para manter a estabilidade macroeconómica e mitigar o impacto negativo da inflação sobre o custo de vida, e progressos graduais na área de gestão de finanças públicas. Por outro lado, apesar do nível de crescimento real do PIB, não é possível ainda avaliar como o crescimento económico se reflectiu em aumento de emprego e melhoria das condições de vida em 2010, por disponibilidade limitada de informação estatística relevante. O ano foi marcado pela publicação dos resultados da 3ª Avaliação Nacional de Pobreza, que indicam que apesar de melhorias verificadas nos últimos seis anos no acesso a serviços sociais básicos, os níveis sustentados de crescimento e estabilidade económica, não se traduziram em redução dos níveis de incidência de pobreza no país. Estes resultados colocam de forma mais incisiva, a necessidade de desenvolvimento e implementação de políticas e estratégias eficazes de desenvolvimento de curto e médio prazo, que garantam um crescimento económico inclusivo, com melhoria das condições de vida e redução efectiva dos níveis de pobreza. A elaboração do PARP 2011-14, iniciada em 2010 deverá responder de forma cabal a este desafio. Foi também realizada em 2010 a terceira avaliação de Despesa Pública e Responsabilização Financeira (PEFA), que confirma progressos no sistema de Gestão de Finanças Públicas no período 2007-09, assinalando também a necessidade de abordar importantes desafios de consolidação de reformas, e em particular sobre a melhoria da transparência e integridade, assim como a melhoria dos sistemas de contabilidade pública, supervisão e controle, de forma a reduzir cada vez mais o potencial de risco fiduciário.

Dos 9 indicadores da matriz do QAD para o pilar, 5 tiveram as suas metas atingidas (sobre os observatórios provinciais de desenvolvimento, o nível da despesa agregada, o nível de execução da despesa por via directa do SISTAFE, a colecta de receitas do Estado, e sobre a cobertura da auditoria externa), 2 não foram atingidas mas registaram progressos (sobre a melhoria do sistema de aquisições do estado e sobre a expansão e funcionalidade do controle interno) e 2 não foram atingidas (sobre o alinhamento entre a dotação de recursos no Orçamento e o CFMP, e sobre a realização de um exercício de rastreio de despesa (PETS) no sector de Saúde). Em termos de número de indicadores, este resultado é semelhante ao do ano anterior, mas na medida em que algumas das metas reflectem um aumento de ambição de resultados, pode-se considerar que houve progresso em 2010, no que se refere à matriz do QAD para este pilar, que cobre essencialmente aspectos de Gestão de Finanças Públicas (GFP).

Crescimento e estabilidade macroeconómica

O desempenho macroeconómico em 2010 foi em geral misto. Estimativas preliminares do INE¹ indicam um crescimento real do PIB ao nível de 6.6% em 2010, em 0.3 pontos

¹ INE (2010): Contas Nacionais de Moçambique – Resultados IV Trimestre, Março 2011.

percentuais acima do valor de 2009, mas abaixo da previsão para o ano de 7.2%², para o qual contribuíram com maiores ritmos de crescimento os sectores de Serviços Financeiros (16.4%) e da Administração Pública (11.8%), que têm uma baixa contribuição na composição do PIB, em 5.6% e 3.9% respectivamente. Os sectores com maior peso no PIB, nomeadamente os sectores agro-pecuário (24%), a indústria transformadora (13%) tiveram níveis de crescimento mais modestos. No entanto, é importante notar que o crescimento económico ainda não tem sido consistente com uma maior diversificação da base produtiva e das exportações, nem com melhorias significativas da competitividade estrutural da economia.

Ano foi particular pelo desafio de manutenção da estabilidade macroeconómica, devido a instabilidade cambial, a persistência dum alto deficit da balança comercial, um alto nível de inflação e as medidas anti-cíclicas que no âmbito fiscal foram tomadas para estabilizar os preços e seu impacto nas camadas mais pobres.

O ano de caracterizou-se pelo alto nível de inflação (anual de 16.6% e média de 12.7%) longe da média de 9,5% prevista no PES 2010, parcialmente determinado pelo aumento dos preços internacionais dos combustíveis e produtos alimentares, que representam parte significativa das importações e do consumo, principalmente nos meios urbanos. Por outro lado contribuíram também a fraca oferta de alguns produtos no mercado nacional no primeiro semestre de 2010, e ainda as medidas de estímulo fiscal e monetário adoptadas pelo Governo e Banco de Moçambique em 2009 para amortecer o impacto da crise financeira internacional, que resultaram numa forte expansão do crédito à economia e das despesas públicas.

O metical registou uma depreciação anual de 24.49% em relação ao Rand Sul-Africano e 19.34% em relação ao Dólar Americano e a taxa de câmbio média em relação ao Dólar situou-se em 32.83 MT/USD e em relação ao Rand nos 4.93 MT/ZAR, tendo afectado de forma directa no nível de inflação como anteriormente referido.

Em termos de política monetária, para conter a subida da inflação, as medidas do Banco Central sobre as taxas de juro, levaram ao aumento da taxa de juro média nominal dos empréstimos em moeda nacional para o prazo de um ano para 21.67%, e a dos depósitos para 12.8%. Por seu turno, a prime rate também subiu de 15.22% em Dezembro de 2009 para 19.0% em Dezembro de 2010, piorando o que pode representar uma barreira para os agentes económicos no acesso ao crédito, em especial para as PME's.

Os Activos Internos Líquidos, aumentaram em 20% relativamente a 2009. Esta expansão foi justificada sobretudo pelo aumento do défice do Crédito Líquido ao Governo (CLG) e aumento do crédito à economia. O crédito à economia atingiu um fluxo anual 19.627 milhões de meticais, o que corresponde a uma expansão agregada de 27.5%. Os sectores que mais receberam crédito formam os do Comércio (19.8%), Particulares (19.2%), Transportes e Comunicações (12.8%), Indústria (11.2%), Construção (6.9%) e Agricultura (5.8%), continuando os sectores produtivos a ter menor peso no crédito.

Relativamente à execução orçamental, a arrecadação de receitas do Estado cresceu para 66'488.75 milhões de Mts e as despesas atingiram 98'055.3 milhões de Mts,

² Esta estimativa foi actualizada no segundo semestre de 2010, sendo a previsão de crescimento real no PES de 2010 de 6.2%.

correspondendo a um decréscimo de cerca de 7% relativamente a 2009. O Crédito Líquido ao Governo (CLG) foi de -1'706.8 milhões de Mts, 38% abaixo do valor de 2009. O Saldo Global antes dos Donativos foi de -36,510.3 milhões de meticais, 1.0% abaixo do registado em 2009, tendo sido financiado em 71% por donativos.

As exportações totais de bens atingiram os USD 2'243 milhões, 4.5% acima do valor de 2009, o que decorreu do crescimento das exportações realizadas pelos grandes projectos em 27.3%, para USD 1'668 milhões, a despeito da queda das exportações dos restantes sectores da economia em 31.3%, para USD 575 milhões. As importações de bens foram de USD 3'240 milhões, 5.3% abaixo do verificado em 2009, devido a queda das importações de bens de consumo em 27.6% e de bens de capital em 20.8%. O défice da Balança comercial situou-se em cerca de USD 997.1 milhões, uma redução de cerca de 22%, relativamente ao ano 2009. A acumulação de Reservas Internacionais Líquidas permitiu uma cobertura de 4.9 meses de importação de bens e serviços não factoriais, correspondendo a igual cobertura em 2009.

Análise e monitoria da pobreza

A 3ª Avaliação da Pobreza apresenta um progresso significativo em vários indicadores não monetários de pobreza tanto a nível nacional como regional. Estes indicam melhorias no acesso à educação, acesso melhorado aos serviços de saúde, aumentos na posse de bens duráveis pelas famílias e melhorias na qualidade de habitação. No entanto, as disparidades regionais são consideráveis, sendo que, em geral, pessoas em zonas urbanas beneficiam de um melhor acesso a serviços de educação e de saúde do que a população em zonas rurais. Nota-se também variações consideráveis entre homens e mulheres, e entre vários grupos na sociedade, sendo que, em geral, mulheres, crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência e pessoas com doenças crónicas são mais vulneráveis do que o resto da população. Na óptica de consumo, Inquérito aos Orçamentos Familiares (IOF) 2008/09 mostra que o nível de incidência da pobreza continua essencialmente o mesmo que em 2002/03, abrangendo pouco menos de 55% da população. A vulnerabilidade da grande parte da população que se encontra imediatamente acima ou abaixo da linha de pobreza parece ser significativa, embora existam variações regionais. A prevalência de desnutrição mantém-se alta em termos absolutos, e os indicadores de nutrição para crianças menores de cinco anos demonstram pouco progresso desde 2002/03.

Estes resultados, mostram que apesar dos níveis relativamente altos de crescimento económico verificados nos últimos seis anos, este crescimento praticamente não teve impacto para a redução da incidência de pobreza. Vários estudos mostram que a eficácia do crescimento do PIB a reduzir a pobreza é mais baixa em Moçambique do que em outros países africanos com níveis semelhantes de desenvolvimento. A elaboração do PARP 2011-14, iniciada em 2010, tenta responder ao desafio de desenvolvimento de uma estratégia que assegure um crescimento mais inclusivo, focado no desenvolvimento da produção e produtividade agrícola, aumento do emprego e desenvolvimento humano e social, apoiados por políticas e instrumentos coerentes de gestão macroeconómica e boa governação. Para o alcance deste objectivo que aborda os principais desafios de desenvolvimento de forma transversal, será crucial uma estreita ligação e coordenação intersectorial, assim como o alinhamento das diversas políticas e estratégias sectoriais de desenvolvimento.

A publicação dos resultados de inquéritos sobre pobreza em 2010 foi problemática, no sentido em que foram desfasados dos ciclos de monitoria e planificação de médio prazo, tendo comprometido, por exemplo, a qualidade e o processo da elaboração do

relatório da avaliação do impacto do PARPAII, da elaboração do plano quinquenal do governo 2010-2014. Considerando a importância que a disponibilidade da informação estatística desempenha no processo do combate a pobreza em Moçambique, torna-se necessário que medidas sejam tomadas de forma a garantir o alinhamento do Plano Estratégico do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) com ciclo de Planificação do Governo com vista a influenciar a elaboração de políticas, assim como coordenar o calendário e conteúdo dos diferentes inquéritos (TIA, MICS, IDS, Censos, etc.) com o processo de monitoria do PARP de modo a garantir a disponibilidade mais regular e frequente de informação estatística relevante.

No que diz respeito ao Sistema Nacional de Planificação realizaram-se importantes avanços: (i) o estabelecimento do Quadro Conceptual (modelo conceptual) que define os mecanismos de articulação dos instrumentos de planificação actualmente em vigor; (ii) Concluída a proposta de Decreto do Sistema Nacional de Planificação (SNP). Sobre o PES/BdPES, foi introduzida a abordagem programática, que iniciou já com o PES 2010, em consonância com o CFMP e o Orçamento do Estado e orientando a estrutura do PES e BdPES para a forma matricial, elaborados com base nas actividades inscritas no Módulo de Elaboração do Orçamento (MEO) ligados aos objectivos dos programas.

Os principais desafios para o sistema de monitoria e avaliação são: (i) A reformulação do Sistema Nacional de Planificação assente na Metodologia de Planificação e Orçamentação por Programa (POP); (ii) A elaboração e teste das ferramentas necessárias para operacionalizar o SNP, a partir de fichas manuais até o software a ser desenvolvido para o efeito (módulo de planificação), processo que sucede a definição do modelo conceptual do SNP; (iii) Necessidade de melhorar a qualidade dos Observatórios de Desenvolvimento, especialmente no cumprimento do calendário, na qualidade dos debates e dos relatórios; (iv) É importante assegurar a disponibilidade de informação estatística e que o Plano Estratégico do INE esteja alinhado/ajustado como os processos de planificação ao nível do Governo para facilitar a implementação, monitoria e avaliação das políticas, do PARP e a sua implementação.

Execução do Orçamento 2010 e elaboração do OE2011

O Orçamento para 2010 foi ainda orientado para a expansão fiscal, em parte como medida anti-cíclica em resposta à crise financeira global. Os pressupostos fiscais e macroeconómicos subjacentes ao Orçamento de 2010 foram objecto de alterações significativas ao longo do ano, nomeadamente devido à depreciação do metical, pressões inflacionistas e aumento dos preços nos mercados internacionais. Além disso, o governo adoptou uma série de medidas para mitigar os efeitos dessas mudanças que precisaram de ser incorporadas no orçamento, levando a uma série de ajustes ao orçamento durante o ano.

O nível global de execução orçamental foi de 93%, sendo de 99% para despesas excluindo os projectos externos e as despesas de juros. A execução da despesa na componente externa situou-se em 63%, principalmente devido à baixa taxa de execução de projectos externos. A execução orçamental foi marcada por importantes realocações durante o ano, sendo mais proeminente o aumento significativo na dotação para subsídios (de 1.8 biliões Mts para 5.3 biliões Mts) e na dotação para pagamentos de juros dos empréstimos internos (de 1 para 2 biliões Mts), ambas em grande parte relacionadas com as despesas efectuadas ao abrigo do regime de subsídios aos combustíveis em curso. O aumento das rubricas orçamentais para

subsídios foi parcialmente compensado pela contenção de despesas em outras rubricas, em particular em "Outras despesas de pessoal", "Bens e serviços" e "Investimento Interno" e «transferências para as famílias».

Do lado do financiamento, 2010 foi marcado por uma cobrança positiva de receitas, com uma taxa de execução global de receitas de 110.5%, que permitiu também a limitação do recurso ao crédito interno a um nível significativamente abaixo do que estava previsto no Orçamento. O desempenho das receitas próprias a nível agregado foi de acordo com o plano (taxa de execução de 98,7% e aumento de 30% em termos reais em relação a 2009). No entanto, ainda existem variações significativas entre os valores orçados e cobrados nos diferentes sectores. O Tribunal Administrativo no seu Parecer sobre as contas de 2009 continua a levantar a questão da não canalização das receitas próprias dos sectores para as contas do Tesouro, sendo importante continuar a acompanhar o impacto das medidas iniciadas pelo Governo em 2010 para incentivar os sectores a canalizarem as receitas próprias para o Tesouro.

A execução orçamental em diferentes sectores foi influenciada pela contenção orçamental, por um nível relativamente elevado de realocações entre os sectores no orçamento de investimento interno (com significativas reduções das dotações do Ministério da Agricultura e do Ministério da Indústria e Comércio) e pelo baixo nível de execução orçamental para a componente externa. Tudo isso também contribuiu para uma redução do peso dos sectores prioritários na execução do orçamento global para 50,2% do total de execução em 2010 (em comparação com 61,1% em 2009). Entre os sectores prioritários, o sector de Saúde parece ser o mais afectado, com um decréscimo em termos reais e nominais da execução em relação a 2009, apesar de todos os sectores prioritários terem uma diminuição em termos reais em relação a 2009. O peso dos sectores prioritários pode também ter sido influenciado por questões metodológicas de classificação, com a implementação de políticas atribuída a outras instituições (como distritos), que ainda não estão incluídas na categoria "sector prioritário". O Governo e os PAPs concordaram em estudar formas de melhorar e actualizar a definição e acompanhamento das despesas em programas prioritários, e algumas propostas estão a surgir no contexto da monitorização do PARP. No entanto, o peso e a dotação global para alguns dos sectores prioritários fundamentais continuam a ser questões de preocupação.

A elaboração do orçamento de 2011 teve lugar num ambiente de incerteza sobre os pressupostos de base, confirma a tendência da orientação orçamental de 2010, com alguma contenção adicional nas dotações orçamentais para dar espaço às medidas adicionais do Governo relacionadas com o custo de vida, e contenção no recurso ao crédito interno em apoio às políticas monetárias. Os desafios de 2010 continuam em 2011, tendo o Governo já anunciado a intenção de rever formalmente o Orçamento de 2011 para se adaptar à evolução da situação económica (em particular a valorização do metical e a continuação dos preços elevados dos combustíveis).

Gestão de Finanças Públicas

Em termos gerais, continuaram a registar-se progressos graduais no sistema de Gestão de Finanças Públicas (GFP) durante o ano de 2010, principalmente marcado por: i) consolidação e expansão de reformas anteriormente iniciadas, nomeadamente sobre o e-SISTAFE e suas funcionalidades, mas também na cobertura de instituições sujeitas a prestação de contas e auditoria ao Tribunal Administrativo; ii) revisão de alguma legislação, em particular sobre o sistema de aquisições do Estado e na administração tributária, assim como novas propostas de legislação, por exemplo sobre parcerias público privadas, concessões empresarias e empresas públicas; e iii)

melhorias administrativas em particular na gestão de receita fiscal e melhorias na qualidade e disponibilidade de informação sobre o orçamento do estado e respectivos relatórios de execução. Permanecem desafios importantes com vista ao aumento da eficiência da despesa pública, da eficácia e alargamento da base da receita e de redução do risco fiduciário e de prevenção de corrupção. Relativamente à nova legislação, em particular a relativa à participação do estado na economia e concessões empresariais, coloca-se o grande desafio da sua efectiva implementação e fortalecimento de mecanismos de gestão atribuídos ao estado.

Durante o segundo semestre foi preparado e realizado o trabalho de campo da 3ª avaliação de Gestão de Finanças Públicas, usando a metodologia padronizada de avaliação PEFA (Despesa Pública e Responsabilidade Financeira) e cobrindo o período 2006-09. O relatório preliminar desta avaliação confirma a tendência de melhorias no sistema de GFP ao longo dos últimos anos, particularmente devido à implementação com sucesso do e-SISTAFE que contribuiu para um desenvolvimento significativo no processo de preparação do orçamento do estado, sua execução e gestão de tesouraria. A gestão da receita interna mostra progressos significativos, em particular no alcance de metas ambiciosas de receita, mas, no entanto verifica-se a necessidade de melhorar os sistemas da sua gestão e melhorar a qualidade das projecções. A avaliação mostra também áreas onde ainda persistem fraquezas ou onde ainda não tem havido melhorias que causem o impacto necessário para a melhoria nos indicadores de avaliação, em particular no que diz respeito à credibilidade do orçamento (composição da despesa comparada com os orçamentos), à gestão e controle do risco fiscal agregado, eficácia do controle interno e escrutínio externo. Coloca-se também a necessidade de dar maior ênfase a novos desafios, para além dos problemas básicos do sistema de GFP como, por exemplo, a expansão dos sistemas e procedimentos para áreas de GFP ainda não cobertas pelo e-SISTAFE, a melhoria da integridade e controle do sistema de aquisições do estado, a melhoria da transparência e supervisão de obrigações e riscos associados à participação do estado na economia (fundos do estado, participações e empresas públicas), assim como a melhoria de mecanismos de supervisão e prestação de contas.

Relativamente a avaliações e diagnósticos de GFP, o foco foi para a avaliação PEFA, não tendo sido realizados durante o ano outros de dimensão significativa. Dada a importância da disponibilidade de instrumentos de análise de eficiência de despesa pública, continua a ser uma perda de oportunidade, o facto ainda não se ter podido usar de forma útil, o instrumento de pesquisa e localização de despesas públicas (PETS) nos sectores prioritários de educação e saúde. Por outro lado, parece haver pouca evidência de um seguimento adequado e uso na gestão pelos sectores dos principais resultados de uma série de diagnósticos e auditorias de desempenho concluídos recentemente em alguns sectores e províncias.

Os Pareceres do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado de 2008 e 2009 continuam a levantar uma série de questões que requerem atenção do Governo. Questões relacionadas com a melhoria da inclusão nas contas do Estado de informações sobre a Carteira de Participações Financeiras do Governo e a inclusão do Património das Empresas Públicas receberam atenção específica e foram incluídos na Matriz de Acção acordada entre Governo e G19 em Março 2010. O Governo levou a cabo uma série de acções para melhorar a contabilidade nestas áreas, mas só será possível avaliar o impacto dessas acções quando estiver disponível em 2011, a CGE de 2010 e o Parecer do Tribunal Administrativo esta conta.

Depois de um desenvolvimento lento em 2009, registou-se durante 2010 um progresso importante no processo de adesão de Moçambique à Iniciativa de Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE). Em particular, foi estabelecido o secretariado nacional, foram acordados os formatos para prestação de contas e foram compilados os dados necessários para o efeito. Os dados sobre as 6 empresas listadas neste contexto foram publicados, e em 2011 será publicado o primeiro Relatório Nacional da ITIE.

II: Análise do desempenho dos indicadores do QAD

Análise de pobreza e sistemas de monitoria

A meta do QAD de 2010 do indicador “**Nº de Províncias com Observatórios de Desenvolvimento Provinciais (ODP’s) realizados**” foi atingida. As províncias realizaram os seus Observatórios de Desenvolvimento (OD) no I semestre de 2010, enquadrados no ciclo de planificação anual. Merece destaque a Província de Maputo Cidade por ter realizado uma segunda sessão plenária do OD no segundo semestre. A nível central merece destaque a realização, no II Semestre de 2010, do Observatório Temático sobre o PARP, com o objectivo de discutir a visão estratégica do PARP e coordenação intersectorial bem como a formulação de indicadores da matriz estratégica.

Análise do Orçamento

O **desempenho fiscal agregado** foi positivo em 2010, apesar dos importantes desafios para a elaboração do orçamento e execução orçamental. A despesa agregada global (excluindo projectos externos e despesas de juros) manteve-se dentro das margens estabelecidas para 2010, em 99,1% do orçamento, sendo cumprida a meta de despesa agregada. Nota-se no entanto que houve realocações significativas dentro do orçamento global, e também realocações orçamentais muito significativas entre diferentes unidades orçamentais, principalmente no orçamento de investimento interno. O orçamento para os distritos e (transferências para os) municípios foi executado de acordo com o orçamento original.

A meta do indicador de **alinhamento entre o OE e o CFMP** não foi atingida, como aconteceu nos últimos três anos. Isto deve-se principalmente ao facto de o CFMP nunca ter sido formalmente aprovado pelo Conselho de Ministros antes do início do processo de elaboração do orçamento, como está previsto na meta. Por outro lado, apesar de serem explicados as alterações nos pressupostos económicos e as medidas adicionais de política, as diferenças significativas entre as dotações no OE2011 e os valores equivalentes no CFMP 2011-13 não são explicadas no documento do orçamento. No entanto o Governo reitera que o CFMP é um instrumento importante e que é utilizado internamente ao longo do ano e discutido regularmente no Conselho Económico. Além disso, foi formalmente endossado pelo Conselho de Ministros e partilhado, embora somente quando a Proposta de Orçamento já estava finalizada. O governo considera que a necessidade de uma aprovação formal do CFMP e a sua publicação antes do início do processo de elaboração do orçamento possa ser questionada. Esta questão poderá ser mais profundamente analisada no contexto da preparação de uma novo quadro de Planificação.

Relativamente ao indicador sobre a realização da pesquisa de despesa **PETS no sector de Saúde**, não foi atingida a meta de finalização dos termos de referência e início do trabalho de campo em 2010. Houve algum trabalho de preparação, mas o progresso sobre os Termos de Referência foi muito limitado. Dado que este é um instrumento importante de análise de eficiência da despesa pública, particularmente em sectores sociais com desafios importantes como o da Saúde e dada a

disponibilidade limitada de recursos responder a esses desafios, os PAPs consideram que o progresso lento levanta preocupações sobre o compromisso do Governo e em particular do sector em causa, para este exercício.

Uso do SISTAFE

O ano de 2010 registou avanços na implementação do SISTAFE, nomeadamente no que se refere à expansão do e-SISTAFE, tendo sido abrangidos 21 distritos e 31 instituições a nível central e provincial. Os resultados desta expansão podem ser verificados na evolução da **execução da despesa por via directa** em relação a despesa total executada, tendo a meta de execução de 37% sido atingida com o valor de 37,5% em 2010.

Por seu turno, verificam-se também melhorias visíveis na gestão financeira, nomeadamente na liquidez do Estado gerando saldos positivos e crescentes na CUT no final do ano. A média diária das transacções processadas com sucesso no sistema também cresceu e o número de contas bancárias activas do Estado nos Bancos Comerciais reduziram, o que significa um maior controlo por parte do Estado das suas disponibilidades financeiras. Para assegurar a fiabilidade e integridade dos dados introduzidos no sistema, foi realizada uma auditoria interna, em 44 unidades, com o propósito de avaliar o nível de cumprimento dos procedimentos estabelecidos. Adicionalmente, foi concluída a funcionalidade do cálculo da folha de salários (e-folha) e o pagamento de salários por esta via, que abrangeu em 2010, 40 instituições a nível central, isto é, 8,60% da despesa total de salários. Foi também concluída, a funcionalidade para registo dos bens patrimoniais. Quanto ao módulo do e-Tributação foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Autoridade Tributária de Moçambique (AT) e CEDSIF e por outro lado, e no âmbito do módulo de Gestão da Informação, tiveram início as especificações para a elaboração dos Balanços Orçamental, Financeiro e Patrimonial e foram ainda iniciados estudos para o desenvolvimento de relatórios “*Business Intelligence*” a partir das informações disponíveis no sistema.

Receitas do Estado

A meta definida para 2010 do rácio de 16.7% de **receitas do estado em relação ao PIB** foi atingida, com uma realização de cobrança num total de 63.488,75 milhões Mts representando 19.6% do PIB³. Esta cobrança corresponde a uma taxa de execução de 110,5% em relação ao orçamentado, e um crescimento em relação a 2009 de 33.4% em termos nominais e de 15.4% em termos reais. As rubricas de receita que mais contribuíram para este bom desempenho em 2010 foram as receitas fiscais (nomeadamente IRPC e IRPS, com 7.7 e 13.5 pontos percentuais de cobrança acima do previsto, respectivamente) e as Receitas de Capital (9.9 pontos percentuais acima do previsto devido a alienação de bens e dividendos). A contribuição dos mega projectos ficou-se em 4.8% da receita total (um ligeiro crescimento em relação a 2009). Este sucesso na cobrança de Receitas e no desempenho institucional da AT deveu-se a uma combinação de factores de conteúdo legal (continuação da reforma tributária, nomeadamente a aprovação de legislação fiscal e aduaneira adicional, mormente o perdão dos juros e penalidades da dívida até Dezembro de 2010 assim como o pagamento escalonado do respectivo capital), de desenvolvimento institucional da AT e capacitação dos seus quadros, de sensibilização dos contribuintes por meio de educação fiscal e aduaneira, e acções de controle por intensificação de inspecções e auditorias.

³ O valor do PIB nominal utilizado para o cálculo do rácio corresponde a 324 biliões Mts conforme reportado pela Autoridade Tributária. Valores definitivos do PIB 2010 estarão disponíveis somente depois de Junho de 2011.

Procurement

A meta do indicador sobre o sistema de procurement, representada pela “**Operacionalidade do Sistema de Aquisições Melhorada**” não foi atingida mas foram verificados progressos em áreas a ele afins. Este indicador é composto por 3 pilares e 7 dimensões de análise, tendo as metas de duas dimensões sido alcançadas e não alcançadas as metas das restantes cinco dimensões. Relativamente ao pilar sobre Arquitectura institucional do sistema ou Capacidade Institucional e de Gestão, foi alcançada a meta para a dimensão de Número de UGEAs capacitadas em Aquisições e não alcançadas nas dimensões de concepção de um sistema de monitoria e avaliação de concursos públicos e de número de UGEAS que submeteram planos de aquisições à UFSA. Sobre o pilar de Operações do sistema e práticas de mercado, foi atingida a meta na dimensão de uso de concurso público e não alcançada na dimensão de uso de ajuste directo nas aquisições. No que se refere ao pilar de integridade e transparência, não foram alcançadas as metas nas dimensões de estabelecimento de uma linha de base sobre reclamações submetidas à UFSA e sobre o número de supervisões realizadas nas UGEAS. Observa-se também que alguns elementos da nota técnica sobre este indicador carecem de melhoramentos.

Auditoria e controle interno

Em 2010 a meta para o controlo Interno foi de 100% de instituições de nível central e provincial com **Órgãos de Controlo Interno (OCI's) em funcionamento**, que não foi atingida e situou-se em 85%, mas houve progresso de 10% em relação à execução de 2009. Os dados indicam que até 31 de Dezembro de 2010 estavam operacionais 30 OCI's a nível central (universo é de 33)⁴, 38 OCI's a nível provincial (o universo é de 43) e 2 municípios (universo de 6), o que totaliza 70 OCI's (universo é 82) em funcionamento. As principais áreas de melhor desempenho foram: i) Mudança na estratégia de execução das acções planeadas que contribuiu para que as acções transitadas do ano anterior tivessem despacho do Ministro das Finanças até 31 de Março do ano seguinte, contrariamente ao que vinha acontecendo nos anos anteriores, ii) Realização de acções de auditorias no âmbito da prevenção e combate à corrupção sendo 24 a pedido da Procuradoria da República, do Gabinete Anti-corrupção e 27 no âmbito do acompanhamento das recomendações do relatório e parecer do TA à Conta Geral do Estado e 11 visitas a todas províncias do país para a verificação do uso qualitativo do e-SISTAFE; e iii) Conclusão da criação de uma base de dados das recomendações de Auditorias realizadas pela IGF e Tribunal Administrativo, a sistematização das mesmas para o respectivo acompanhamento de implementação. As áreas de Fraco Desempenho: i) A não criação e Implementação dos Comités de Auditoria pelo facto do Estatuto da IGF não ter sido aprovado; ii) Houve uma conferencia (AMAI) onde se clarificou a definição do controlo interno e auditoria interna, mais o impacto ao nível provincial e distrital ainda não é visível. Os principais desafios são melhorar o processo de acompanhamento de recomendações de forma a garantir um maior impacto do processo de auditoria, assegurar o desenvolvimento contínuo da IGF e OCI's, melhorar o processo de disseminação da diferença entre o controlo interno e auditoria interna, assim como melhorar o relacionamento institucional com o Tribunal Administrativo e vice-versa de forma a garantir maior complementaridade.

Auditoria externa

A meta do indicador da **cobertura do Orçamento do Estado auditado pelo TA** foi atingida (37%), tendo obedecido às normas técnicas da INTOSAI e à legislação moçambicana. Os trabalhos de auditoria e outras actividades realizadas pelo Tribunal Administrativo, como a divulgação das instruções de execução obrigatória, têm

⁴ Incluem-se empresas públicas e instituições com autonomia administrativa e financeira.

despertado a atenção dos gestores públicos sobre a necessidade cada vez maior de se prestarem contas sobre a utilização dos fundos públicos. Este aspecto merece destaque porque representa a consolidação de uma cultura de prestação de contas. Em 2010, 674 entidades prestaram contas ao TA, o que constitui um o número recorde. Foram realizados seminários de divulgação das instruções de execução obrigatória, em todas as províncias que contaram com a participação de 1600 gestores públicos. Em 2010, o TA atingiu a meta prevista de 600 auditorias realizadas. O TA reforçou o acompanhamento das suas decisões, tendo aplicado sanções financeiras a 42 gestores públicos, em 2010. Assim, de 2007 a 2010, foram responsabilizados 549 gestores públicos. O TA deve continuar e intensificar os esforços no sentido de divulgar o resultado de seus julgamentos e do Relatório e Parecer à Conta Geral do Estado - RPCGE, de maneira acessível e atempada para os cidadãos. O RPCGE relativo ao exercício económico de 2009 foi publicado na internet num formato de fácil acesso ao utilizador. Foram capacitados técnicos do TA com vista à elaboração da versão simplificada do RPCGE referente ao ano de 2008, cuja publicação está prevista para o 1.º semestre do presente ano. No que concerne às auditorias, há uma necessidade de tornar este processo mais célere, sobretudo aumentando o número de processos julgados. Há um *gap* muito grande e crescente entre auditorias realizadas e processos julgados. Quanto à publicação de acórdãos da 3.ª Secção, os juízes desta Secção comprometeram-se a mandar publicá-los a partir do presente ano (2011). Entraram em funcionamento, em 2010, os tribunais administrativos de primeira instância das províncias de Nampula, Zambézia e Sofala. Existe a necessidade de se estudar a forma mais exequível da descentralização, sobretudo no que se refere à 3ª secção.

PILAR II: GOVERNAÇÃO

Sumário Executivo

No Pilar de Governação do total de 9 (nove) indicadores, 3 (três) atingiram as metas (1 Descentralização, 2 Justiça), 6 (seis) não atingiram mas em progresso (3 Justiça, 1 RSP, 2 Descentralização).

Em termos de progressos na área da **Reforma do Sector Público (RSP)**, o Governo e os Parceiros de Cooperação concordaram que em 2010 registaram-se avanços assinaláveis no quadro da (i) melhoria de prestação de serviços com destaque para a redução do tempo de espera para a obtenção de alguns serviços chave, (ii) profissionalização da Função Pública com destaque para a expansão do ensino à distância de nível básico para mais 10 distritos; (iii) boa governação e combate à corrupção, com realce para a realização da 2ª Pesquisa Nacional sobre Corrupção e Governação. Contudo, não foi possível realizar algumas acções de relevo, nomeadamente aprovação da estrutura integrada dos Governos provinciais e da Política e Estratégia Nacional de Descentralização; e introdução das cartas de serviço nas instituições públicas.

Na área da **Descentralização** em 2010, foram concretizados passos importantes que concorrem para a transferência de recursos e funções quer para os órgãos locais do Estado, quer para as autarquias locais. Nesse âmbito, destaca-se a efectivação da transferência de todas as componentes do Orçamento do Estado para a gestão directa dos distritos; aprovação do Programa Estratégico de Redução da Pobreza Urbana; o orçamento para o financiamento das respectivas actividades no Orçamento do Estado para 2011 a ser implementado em 11 municípios, 10 cidades capitais e o município da cidade de Maputo; aprovação das estruturas tipo do Governo para os níveis de Posto Administrativo e Localidade; foi reforçado a capacidade técnica dos órgãos locais para a execução das suas competências e funções no âmbito da descentralização, e, foi concluída a proposta de Política e Estratégia de Descentralização a ser aprovada no ano de 2011, estando agendada para apreciação pelo CM em Julho.

Na área da **Justiça**, a componente da assistência jurídica e patrocínio Judiciário mantém a sua tendência de estabilidade e progresso. Por outro lado a área prisional na avaliação anterior caracterizada por uma situação não satisfatória mostrou no período em análise sinais de superação dos constrangimentos, não obstante o da superlotação continuar a ser grande preocupação do sistema dada a sua incidência negativa no respeito pelos direitos a vida e dignidade humana. Como resposta ao problema da superlotação prossegue a reforma legislativa tendente a introdução das medidas e penas alternativas à prisão, entre as quais o recurso das liberdades provisórias e condicionadas e são levadas acções com vista a melhoria da rede de infra-estruturas prisionais o que contribuirá para maior respeito aos direitos humanos dos reclusos. O quadro de constrangimentos relativos ao fluxo de informação para a avaliação e monitoria do desempenho do Sector continua não satisfatório, tendo em conta que a informação relevante não tem estado disponível em tempo útil. A expectativa de superação deste quadro em função do desenvolvimento dos softwares de gestão processual e gestão prisional, não foi concretizada nos prazos previstos, não obstante mostrar progressos quanto à: primeira fase do levantamento e análise dos requisitos nos Tribunais e nas esquadras para o desenvolvimento do SIPMAJ 005- (Gestão processual); modelação dos dados do mesmo subsistema; levantamento

de requisitos na PIC e conclusão do desenvolvimento do website do Ministério da Justiça.

Indicadores

Na área da **Reforma do Sector Público (RSP)**, Relativamente ao indicador 12, o Governo e os parceiros de cooperação consideram que o desempenho geral do indicador não foi atingido na sua plenitude mas há progressos assinaláveis. De facto, das três metas que compõem o indicador, duas foram atingidas, nomeadamente aprovação da Estratégia de Habitação da Função Pública e implementação do subsídio de localização; e uma está em progresso designadamente, aprovação de uma nova Política de Pensões.

Na área de **Descentralização**, da avaliação feita aos indicadores concluiu-se que: o Indicador nº10, a definição da meta tem como base a metodologia onde se deduz do Orçamento global, as despesas realizadas ao nível central, verifica-se que para o ano 2010, a execução provincial, distrital e autárquica situou-se acima da meta actualizada; o Indicador nº 11, que não foi atingido mas com progresso⁵; o indicador 13, a quantidade de balancetes recebidos dos municípios é em número bastante reduzido o que não permite tirar conclusões. No entanto consegue-se perceber que há uma grande variação de um município para outro, sobretudo nos municípios de v

A análise do cumprimento dos cinco indicadores na área da **Justiça** em 2010, permite-nos constatar que: foram atingidos dois indicadores, o 15 referente a assistência e patrocínio jurídico aos cidadãos e o 16 referente aos casos de corrupção. Não foi atingido, o indicador 14 relativo ao número de casos julgados por ano, entretanto, registou um crescimento de 10% em relação ao mesmo período; o número dos processos transitados baixou significando uma redução em 4 %. (Anexo 1 e 2: Discurso de abertura do ano judicial e Estatísticas do Judicial 2011); O Indicador 17 também não atingido e referente aos casos instruídos dentro do prazo da instrução preparatória. registou um total de 45.185 processos, dentre os quais 8.948 transitados do ano passado, 36.237 entrados no ano em curso; o indicador 18 sobre o número de casos esclarecidos, no período em análise, não foi atingido, mas registou **21.001** casos e esclarecidos **16.708**, contra **27.134** registados e **21.618** esclarecidos em 2009, o que significa uma igualdade da operatividade policial em relação a 2009. Assim, a operatividade policial situou-se em **80%**, contra **77%** de **2009**, um aumento na ordem de 4%. (Anexo: MINT dados estatísticos sobre a operatividade policial).

Desempenho

no âmbito da **RSP** relação as metas estabelecidas para o ano de 2010, é de destacar no seu desempenho a aprovação, pelo Conselho de Ministros, da Política e Estratégia de Habitação, que irá beneficiar 150 mil combatentes, 5 mil jovens e 180 mil

⁵ Realizaram-se duas sessões ordinárias e um número variável de sessões extraordinárias com agendas que para além de incluir debates sobre PESODs e PEDDs, passaram a ser dominadas por debates de assuntos de interesse das respectivas comunidades (queimadas descontroladas, questões ligadas a terra, segurança, calamidades, conflito homem animal, entre outros) diferentemente de antes que centravam-se mais em questões ligadas ao OILL; (ii) a representação de mulheres nas reuniões dos CCD continua abaixo dos 30% variando entre 25% a 28%; (iii) o monitoramento da implementação do PESOD continua sendo um desafio dada a exigüidade de recursos para suportar as despesas de deslocação dos membros do CCD aos postos administrativos e localidades, por isso, foram poucos os distritos que monitoraram a implementação do PESOD.

funcionários do Estado. Com este instrumento, pretende-se facilitar a provisão de habitação condigna e um melhor ambiente de vida ao grupo alvo estabelecido.

Foi também Iniciada, no quadro da Política Salarial de Médio Prazo, a operacionalização do Subsídio de Localização para os funcionários e agentes do Estado, aprovado através do Decreto n. 91/2009, de 31 de Dezembro. O mesmo abrange cerca de 70% dos funcionários e agentes do Estado em todo o país.

No quadro da Política de Pensões, foi aprovada pelo Governo, através do Decreto 27/2010 de 12 de Agosto, o Regulamento da Previdência Social dos Funcionários e Agentes do Estado (REPFAE). Paralelamente, foi criada a Direcção Nacional de Previdência Social pela Resolução nº 28/2010, de 23 de Agosto, da Comissão Interministerial da Função Pública, que aprova o Estatuto Orgânico do Ministério das Finanças. Ainda em 2010, foram implementadas acções de relevo no campo da melhoria de prestação de serviços com destaque para a (i) expansão e redução do tempo de espera para a obtenção de alguns serviços chave como são os casos do BI e passaporte biométrico e do registo criminal; e (ii) para a instalação, numa primeira fase, de Terminais Electrónicos de Avaliação da Satisfação do Utente nos Balcões de Atendimento Único (BAUs) de todas as capitais provinciais, com vista a monitoria da melhoria contínua dos serviços prestados nos mesmos.

Com vista a profissionalização da Função Pública foi feita a expansão do ensino à distância de nível básico para mais 10 distritos (perfazendo o total de 30 distritos com esta modalidade de ensino e abrangendo 900 funcionários); iniciada a implementação do Sistema de Gestão de Desempenho na Administração Pública (SIGEDAP), tendo sido elaborados os planos de actividades sectoriais e individuais, bem como assinados os acordos de desempenho pelos grupos alvo a nível nacional, e realizadas acções de capacitação em matérias de implementação deste instrumento que contaram com a participação cerca de 850 funcionários; lançado o II Anuário Estatístico dos Funcionários e Agentes do Estado.

No campo da boa governação e combate à corrupção, destaca-se a realização da 2ª Pesquisa Nacional sobre Corrupção e Governação cuja conclusão está prevista para o mês de Abril de 2011, que permitirá a elaboração de uma nova abordagem de combate à corrupção; a capacitação dos membros dos observatórios de desenvolvimento provinciais e conselhos consultivos distritais ao nível de todo o país, no âmbito do reforço do envolvimento das comunidades locais na participação na governação e monitoria; a revisão dos planos de acção anti-corrupção sectoriais e provinciais com vista a priorização das actividades de combate à corrupção e melhoria da formulação dos planos de monitoria. Foram igualmente emanadas orientações metodológicas para os sectores e províncias, no âmbito da integração das actividades de reforma e de combate à corrupção no PES, em coordenação com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento, tendo sido elaborado um guião intitulado "Integrando Acções da Reforma do Sector Público (RSP) nos Planos Económicos e Sociais (PES)".

Os principais desafios referem-se a necessidade de consolidar a melhoria da prestação de serviços através da contínua simplificação de procedimentos e descentralização de competências; conceber a próxima abordagem de reformas com base na Avaliação Preliminar da Fase II do PRSP; definir as futuras intervenções na área de boa governação e combate à corrupção com base nos resultados da II Pesquisa Nacional Sobre Governação e Corrupção; prosseguir com acções com vista a fortalecer a participação comunitária no processo de planificação e monitoria da

governança local; e assegurar a inclusão da monitoria das acções da RSP e de Combate à Corrupção no bPES;

No que se refere ao desempenho da área da **Descentralização** destacam-se, a revisão da Lei 8/2003, de 19 de Maio até 2011 que foi submetido ao Conselho de Ministros, para apreciação e posterior submissão à Assembleia da República para aprovação.

A questão do desenvolvimento de capacidades ao nível local, quer para os OLEs assim como para os municípios constitui ainda um desafio, pois, há todo um conjunto de elementos e instrumentos que ainda estão na fase de instalação. Concretamente, as competências e funções são novas para àquele nível, os instrumentos estão sendo aprovados progressivamente os meios para operacionalização das competências e gestão das funções são escassos ou quase inexistentes em alguns órgãos locais. Assim trata-se de uma conjuntura que carece de muita intervenção dos vários níveis para que os patamares almejados sejam alcançados. Por outro lado, há que considerar a concretização de incentivos à fixação de técnicos qualificados ao nível dos órgãos locais, habitação, transporte e comunicação, num contexto de crise financeira e exiguidade de recursos, até para a contratação de pessoal para o preenchimento dos quadros de pessoal distritais ora aprovados. No mesmo contexto foi desenvolvido um Sistema de Monitoria e Avaliação de Desempenho dos Governos Distritais (SMoDD) que começou a ser implementado num distrito dos 30 previstos para o ano de 2011 a título piloto, no âmbito do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas.

De acordo com o balanço das actividades ao nível da descentralização, a área de gestão financeira apresentou melhor desempenho, pois foi efectivada a transferência do Orçamento do Estado para gestão do Distrito e municípios segundo previsto na lei OE para 2010. Com efeito, apesar das orientações do Governo central, verificam-se pequenas dificuldades de carácter operacional (sobretudo na passagem dos recursos da província para o distrito).

Constituem desafios para o sector da Descentralização: (i) a operacionalização dos instrumentos de gestão do FDD e do PERPU; (ii) a cobrança de receitas próprias pelos municípios, principalmente os impostos; (iii) a efectivação da transferência de competências para os municípios; (iv) a implementação efectiva do Programa Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas; (v) a gestão do solo urbano; (vi) a articulação entre os planos sectoriais e os planos territoriais numa abordagem integrada que favoreça o desenvolvimento local; (vii) a construção e reabilitação de infra-estruturas para os OLEs, incluindo a fiscalização de obras e a melhoria das relações com os empreiteiros; (viii) a capacitação dos Conselhos Consultivos Locais; e (ix) o controlo interno e externo dos órgãos locais.

No **Sector de Justiça**, prevalecem desafios quanto ao desempenho dos magistrados, na medida em que prevalece a necessidade de elevar o número de casos julgados. No contexto da reforma legal estavam previstas as revisões de entre outros diplomas legais do pacote legislativo na matéria da anti-corrupção, designadamente: (i) Revisão da Lei 6/2004 - Lei Anti-Corrupção; (ii) Leis Sobre Declaração de bens dos Titulares de Cargos Públicos (Lei N. 4/90 e 7/98); (iii) Lei Orgânica do Ministério Público (Revisão da Lei N. 22/2007); (iv) Lei Sobre Conflito de Interesses; (v) Lei sobre protecção de testemunhas e denunciante e o Código de Conduta dos Servidores Públicos que entretanto, resulta do exercício de harmonização que justificou a fusão dos projectos indicados no ii e iv, neste único código; finalmente foi elaborado o Plano Estratégico sobre o desenvolvimento institucional do GCCC. Estas leis, foram todas

incorporadas no processo da revisão do Código Penal e do respectivo Processo Penal, sendo que a sua apresentação a Assembleia da República será de forma integrada, sendo uma única Lei Penal e a outra a Lei Processual Penal, o que desde logo reduz a proliferação de leis avulsas abordando a mesma matéria. Continuam entretanto, aguardado a aprovação, o Código das Custas Judiciais, a Lei do IPAJ e a Lei sobre os Tribunais Comunitários.

As matérias constantes dos assuntos especiais da matriz da governação acima referidos, registou relativo atraso, tendo como referência o prazo inicial, justificada pela imposição de harmonização legislativa das diversas leis avulsas ora existentes sobre a matéria, em particular com o Código Penal, em cumprimento das recomendações das consultas havidas.

Assuntos transversais ligados à RSP

Neste domínio destaca-se:

Estratégia de Combate ao HIV e SIDA na Função Pública: foi aprovado o projecto de financiamento à sua implementação, realizados 14 seminários de sensibilização das lideranças, formados 30 Pontos Focais em matéria de criação de base de dados das acções desenvolvidas no âmbito da implementação da Estratégia.

No sistema prisional tem sido feito a monitoria relativamente aos doentes padecendo de HIV/SIDA identificados e em coordenação com o Serviço Nacional de Saúde tem sido disponibilizado o tratamento anti-retroviral. Em paralelo, prosseguem nos estabelecimentos prisionais, as campanhas preventivas contra a epidemia do HIV/SIDA.

A nível da PGR, deu-se continuidade às acções de prevenção, mitigação e combate ao HIV e SIDA, com destaque para: (i) estudo da lei n. 12/2009 de 12 de Março, que estabelece os direitos e deveres das pessoas vivendo com HIV/SIDA; (ii) Capacitação de gestores de recursos humanos, no âmbito da implementação da estratégia de combate ao HIV/SIDA, (iii) realização de 13 palestras que abrangeram 223 pessoas, entre magistrados e funcionários; e (iv) distribuição de panfletos, brochuras educativas e preservativos.

No âmbito das actividades da descentralização destaca-se a implementação de algumas actividades como feiras de saúde, palestra e distribuição de materiais de campanha para sensibilização como iniciativas dos sectores da área e dos órgãos locais do Estado e Municípios. Porém, constituem desafios os mecanismos de operacionalização das Estratégias de HIV-SIDA e do Género da Função Pública, .

Estratégia do Género na Função Pública: foi constituído o Grupo de Referência multisectorial⁶ que terá a responsabilidade de monitorar as acções de sua implementação; e iniciado o processos de análise dos planos sectoriais com vista à implementação desta Estratégia.

Assuntos especiais

⁶ Integram este Grupo os seguintes Ministérios: Função Pública, Mulher e Acção Social (MMAS), Educação (MINED), Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC), Finanças (MF), Planificação e Desenvolvimento (MPD), Trabalho (MITRAB); as Escolas de Governo (Instituto Superior de Administração Pública – ISAP e Instituto de Formação em Administração Pública e Autárquica de Maputo – IFAPA Maputo) e a Organização Nacional dos Professores (ONP).

Em função da análise dos dados constantes da matriz de balanço de seguimento da Auditoria de desempenho, a matéria continua sendo de atenção especial das instituições auditadas, as quais tem dado cumprimento as recomendações no âmbito das suas competências específicas, sendo de constatar a regularização das constatações registadas, admitindo porém que prevalecem desafios acerca de algumas fraquezas com incidência particular no reforço da capacidade de gestão das instituições.

LIÇÕES APRENDIDAS

A sustentabilidade da componente de melhoria da prestação de serviços a todos os níveis (central e local) está associada à massificação do uso das técnicas de informação e comunicação na provisão de serviços; à qualidade do quadro legal dos processos e procedimentos para a obtenção de serviços; e da institucionalização da abordagem de pesquisa periódica de satisfação do utente dos serviços públicos. Por outro lado, a sustentabilidade da reforma do sector público está associada a consolidação da sua integração no CFMP, PES/OE e bPES.

As iniciativas de mecanismos de compilação de informação nas unidades orgânicas em franco processo de consolidação, oferecem-se neste momento como a grande oportunidade de partilha de informação, podendo sê-lo em fóruns de balanço regular.

PILAR III: Capital Humano

1 Sumário executivo

1.1 Indicadores de QAD

O desempenho do pilar do Capital Humano em 2010 registou, no global, progressos em relação ao desempenho em 2009, bem como em relação à realização das metas⁷ dos indicadores do pilar: dos 11 indicadores, 7 metas foram atingidas, 1 não foi atingida com progresso e 3 não foram atingidas.

A não realização da meta para a taxa de conclusão do EP2 para as raparigas aliado à ausência de progresso em relação a 2009, é preocupante, bem como a quebra verificada na cobertura da vacina pentavalente (DPT/HepB-Hib) e a meta do Saneamento.

1.2 Áreas de melhor desempenho

Houve expansão na cobertura dos serviços básicos em todos os sectores (como reflectido pela realização das metas dos indicadores do QAD como acesso ao ensino primário aos 6 anos, cobertura de partos institucionais, provisão de água potável na zona rural e cobertura dos programas de protecção social.

Registaram-se melhorias em termos de gestão e recrutamento de recursos humanos nos sectores de educação e saúde onde as metas relacionadas com o recrutamento de pessoal foram atingidas.

Foram iniciados (educação) e finalizados (estratégia nacional de segurança social básica) e implementados (plano nacional de desenvolvimento de recursos humanos na saúde) planos estratégicos que ajudarão na clarificação dos objectivos, prioridades e estratégias principais dos sectores.

A parceria e o desempenho dos parceiros continua a ser positiva. Destaque se dá ao apoio dado pelos parceiros da sociedade Civil e de cooperação na mobilização de financiamento adicional à área de educação para o período 2011-14 no contexto da Iniciativa Acelerada de Educação para Todos, uma parceria internacional, e os progressos feitos no sector da saúde em relação com a previsibilidade dos fundos externos.

A execução orçamental continua a melhorar na maior parte do sectores, sobretudo na componente de funcionamento, apesar da informação apresentada no REO não permitir uma análise aprofundada uma vez que não reflecte bem a situação global dos sectores, por falta da informação sobre a maior parte dos fundos externos (água e saneamento) e a não reflexão dos fundos distritais nalguns mapas. Foi saudada a redução significativa da dívida do sector de água e saneamento resultando da inscrição de um projecto específico no OE.

Apesar dos progressos feitos, as altas taxas de seroprevalência, principalmente entre jovens dos 15-24 anos e entre mulheres continuam preocupantes.

⁷ Se deve notar que os valores observados nos indicadores de cobertura que dependem dos dados de população no sector da educação foram calculados usando o mesmo denominador que foi usado para calcular a meta.

1.3 Áreas de fraco desempenho

A qualidade dos serviços, medida, entre outras, pelo desempenho dos alunos e funcionários de estado no sector público, bem como a gestão dos serviços, permanece um grande desafio.

A fraca execução, principalmente na área de investimento (educação, águas, ..) foi influenciado pela aprovação tardia e conseqüente entrada em vigor do OE (Maio) e do início tardio da descentralização de fundos e dos processos de aquisição.

Há falta de recursos e de capacidade para ter um melhor desempenho em algumas áreas como sendo a construção/reabilitação de escolas e de grandes obras de águas e saneamento, responder às necessidades de ter maior cobertura dos programas de protecção social, facilitar uma expansão dos serviços com qualidade e de implementação ao nível descentralizado.

A qualidade de Ensino, principalmente, resultados de aprendizagem, é uma área que deve merecer mais atenção do sector de Educação.

1.4 Lições aprendidas

Será necessário continuar:

Os esforços e reformas iniciadas para melhorar a qualidade e o desempenho dos serviços públicos;

Incrementar a capacidade de planificação, gestão financeira (incluindo as aquisições) e de recursos humanos a partir da base, no contexto do processo de descentralização;

Esforços para ter uma visualização dos programas e o seu financiamento através de uma orçamentação por programas que inclua o orçamento de funcionamento;

Sustentar os progressos feitos na área de previsibilidade dos fundos externos através da sua inscrição no orçamento e utilização dos mecanismos e procedimentos nacionais;

Melhorar a coordenação e interacção entre os diferentes sectores, sobretudo ao nível dos distritos e em relação com os assuntos transversais;

Desenvolver acções mais vigorosas de combate ao HIV em jovens com idade escolar. Isto exige, entre outros, que o Programa Geração Biz que é referência no país para os Jovens, deverá incrementar acções numa maneira intersectorial.

Quadro 1: Indicadores e metas da matriz do PAF/QAD e respectivos valores observados

Indicador	Metas QAD 2010	Valores observados			Evolução do sistema (nº absolutos) relativo ao ano anterior
		2008	2009	2010	
1 Cobertura DPTHepB-Hib	89%	87%	94%	68%	Meta não atingida, tendência decrescente
2 Cobertura de partos institucionais	62%	55%	55%	62%	Meta atingida e ultrapassada
3 Nº de adultos com infecção HIV que recebem o TARV segundo os protocolos nacionais	194.440	118.937	156,688	218.991	Meta atingida e ultrapassada
4 Nº de crianças que beneficiam de TARV pediátrico	19.426	9.393	13.510	17.395	Meta não atingida, mas próxima

5	Rácio de trabalhadores de saúde das áreas de medicina, enfermagem e SMI por 100.000 habitantes	63/100.000	N/A	61/100.000	63/100.000	Meta atingida
6	Taxa líquida de escolarização aos 6 anos, meninas	79%	73%	75,3%	78,4% (68,6%)	Meta não atingida. Com Progresso em relação a 2009
7	Taxa de conclusão EP2 – meninas	46%	34%	42,3%	41,5% (38,3%)	Meta não atingida com regressão em relação a 2009
8	Rácio alunos por professor no EP1	65	71	67,7	65,8	Meta não atingida. Com progressos.
9	% da população com acesso a água potável [Relatórios Anuais da DNA]	59.2%	51%	56%	61%	Atingida
10	% da população com acesso a serviços de saneamento adequado [Relatórios Anuais da DNA]	47%	43%	43%	44%	Não Atingida
11	Número de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando dos programas de Protecção Social	262.383			264.511	Atingida

2 Sumários executivos por sector

2.1 Saúde

No global, o desempenho do sector registou algumas melhorias em comparação com os resultados atingidos em 2009, não obstante o facto de ter sido limitado por vários constrangimentos.

Quanto aos cinco indicadores que avaliam o desempenho do sector da saúde no Pilar do Capital Humano, no contexto da **Revisão Conjunta do Governo e os Parceiros do Apoio Programático (PAPs)**, constata-se que as metas definidas para o ano 2010 foram atingidas em 3 dos 5 indicadores (60%) (Tabela 1).

O indicador que mede a cobertura da vacina pentavalente (DPTHepB-Hib), sofreu uma quebra importante, constituindo o indicador que levanta maiores preocupações, mas acredita-se estarem já reunidas as condições para a sua rápida recuperação.

Os dados relativos ao TARV pediátrico mostram que apesar de a meta estabelecida para 2010 não ter sido cumprida, esteve-se muito próximo do seu alcance (90%).

A cobertura de partos institucionais ultrapassou largamente a meta estabelecida, o que representa um importante sucesso.

Foi também atingida a meta do indicador nr. 28 - Rácio de trabalhadores de saúde das áreas de medicina, enfermagem e SMI por 100.000 habitantes.

Relativamente ao primeiro dos dois indicadores cujas metas não foram alcançadas (nr. 1 -cobertura DPTHepB-Hib), é previsível a sua recuperação em breve, dado que estão ultrapassadas as condições que determinaram a sua quebra – rotura de stocks de vacina.

Quanto ao segundo destes indicadores (nr. 18 - TARV pediátrico), a meta foi cumprida em quase 90%, e o indicador mostra uma tendência sempre crescente ao longo dos anos recentes.

Áreas que requerem atenção:

Saúde da Mulher e da Criança;

Vacinação infantil;

TARV pediátrico;

TIP de mulheres grávidas dentre as utentes das consultas pré-natais;

Redes mosquiteiras para mulheres grávidas;

ARV para reduzir o risco de transmissão de mãe-para-filho;

Fragilidades na área dos medicamentos;

Dificuldades em reter recursos humanos qualificados e relevantes;

Baixo desempenho dos SAAJ+ATS.

Na área de **gestão financeira**, ao longo de 2010 a dotação global actualizada do sector foi 11.743.857 milhões de meticais, um dado notável, em relação à tendência verificada nos últimos anos, de diminuição dos fundos disponibilizados ao sector da saúde. A execução global do sector durante o período em análise foi de 90% de execução orçamental e 98% de execução financeira, acima do realizado em 2009 (72%) e superando a meta prevista.

O sector continuou enfrentando dificuldades para recolher informação financeira, monitorar e reportar a execução de fundos e actividades dos Projectos Verticais inscritos no OE, a todos os níveis.

Em relação ao **desempenho dos parceiros**, cerca de 97% dos parceiros do PROSAUDE II fizeram o desembolso de acordo com o plano, superando meta (> 95%). Aumentou igualmente a previsibilidade financeira dos parceiros em relação ao Cenário Fiscal de Médio Prazo do MISAU. Cerca de 87% de parceiros providenciaram informação precisa sobre seus fundos e projectos que permitiram ao sector uma planificação e orçamentação das actividades num período de um a dois anos, ultrapassando a meta prevista. Não reduziu o número de contactos das missões dos

parceiros com o MISAU (27 em 2009 e 30 em 2010), mas reduziu o número de missões individuais das sedes (dentro do previsto).

Em relação aos assuntos transversais, houve progressos distintos nas diferentes áreas. Na **área dos recursos humanos**, iniciou-se a implementação efectiva do Plano Nacional de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH). Houve desempenho assinalável na área de formação, onde a meta planificada foi superada, contrariamente à componente de gestão de RH que ficou muito aquém do previsto, especialmente em termos de nomeação, progressão, promoção e retenção do pessoal (as perdas aumentaram em 12%, comparativamente a 2009). Na **área do HIV e SIDA**, pela primeira vez o TARV de homens superou a meta. Na área de **género** foi finalizado o Plano Estratégico de Prevenção e Controlo do Trauma e Violência e respectivo Plano de Acção.

2.2 Educação

Em 2010, com a tomada de posse do novo Governo saído das Eleições Gerais e Multipartidárias de 2009, foi extinto o Ministério da Educação e Cultura e no seu lugar foram criados dois Ministérios, nomeadamente o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura.

Ao nível do Ministério da Educação prosseguiram os esforços tendentes à implementação do respectivo Plano Estratégico. Nenhuma meta dos três indicadores foi atingida. A não realização da meta para a taxa de conclusão do EP2 para as raparigas aliado à ausência de progresso é preocupante. A avaliação completa do QAD do sector reporta o seguinte cenário:

- A taxa líquida de escolarização aos 6 anos (para raparigas) situou-se nos 68,6% em 2010⁸ contra os 79% programados. Esta meta equivale a 78,4% usando o mesmo denominador que foi usado para calcular a meta de 79%. Em 2009 esta taxa fixou-se nos 75,3% contra os 76% programados.
- A taxa de conclusão das raparigas no Ep2 fixou-se em 38,3% contra a meta de 46%⁹, o que equivale a 41,5% usando o mesmo denominador que foi usado para calcular a meta de 46%. Isto significa o não cumprimento da meta e uma regressão em termos de desempenho em relação a 2009, onde a taxa se situou em 42,3%¹⁰ como consequência da redução do aproveitamento escolar em 2009.
- O rácio alunos por professor registado foi de 65,8/1 em 2010 contra os 65/1 planificados. Em 2009, este rácio foi de 67,7/1¹¹, contra os 68/1 planificados.

O orçamento total para 2010 cresceu. A componente externa regrediu em cerca de 8%¹², principalmente devido à redução da inscrição dos projectos bilaterais. Embora o orçamento tenha sido aprovado tardiamente, facto agravado pelas complicações resultantes da introdução da orçamentação por programas na utilização do orçamento reconduzido no início do ano, a execução financeira manteve-se ao nível de 2009: a taxa de realização foi de 97,6%¹³ (da dotação final) contra os 91,5% de 2009. Em termos de despesa, houve um aumento de 12%¹⁴. A execução de FASE foi de 67% (80% em 2009 segundo o REOIV, 2010)¹⁵.

O enfoque do sector em 2010 centrou-se na execução do PEEC e na preparação do novo Plano Estratégico para os anos 2012-2016 através de avaliações internas e

⁸ Calculada com base nos novos dados demográficos resultantes do Censo de 2007.

⁹ Calculada com base nos novos dados demográficos resultantes do Censo de 2007.

¹⁰ Relatório Educação para RAC 2010.

¹¹ Relatório da RAR 2009.

¹² Fonte: PdA 2009 e PdA 2010 do sector.

¹³ O REO IV 2010 no quadro 13, despesa dos sectores prioritários, não inclui os SDEJTs.

¹⁴ REO IV 2010.

¹⁵ A informação no REO IV sobre o ano 2009 não dá a mesma informação como no relatório de FASE do sector que indicou uma execução de 72% in 2009. .

externas e de debates nos diferentes fóruns envolvendo o MINED, os parceiros de cooperação e a sociedade civil. O Plano Estratégico vai-se basear nos desafios identificados com o objectivo de um melhor desempenho na prossecução dos objectivos do Governo na área da Educação.

Os maiores desafios do sector continuam a ser os seguintes:

- Melhorar a qualidade, particularmente no aumento das habilidades de leitura, escrita e aritmética básica no primeiro ciclo do ensino primário para assegurar que as crianças completem os sete anos do ensino primário;
- Assegurar uma expansão equilibrada considerando a necessidade de equidade de género e regional, principalmente no ensino pós-primário;
- Assegurar um equilíbrio entre qualidade e expansão do sistema educativo no em função das capacidades humanas, institucionais e financeiras existentes e previstas a médio prazo;
- Continuar a incrementar a capacidade de planificação, gestão financeira (incluindo as aquisições) e de recursos humanos a partir da base, no contexto do processo de descentralização.

Para assegurar o financiamento adequado para os programas chave do sector desenhados para melhorar o seu desempenho, Moçambique obteve uma concessão de 161 milhões de Dólares Americanos, sendo 90 milhões do FTI e 71 milhões do Banco Mundial, assegurando deste modo fundos para o FASE para o período 2011-2014 nos níveis da despesa de 2009.

2.3 Águas

O sector de Água e Saneamento atingiu e superou a meta para Água prevista no QAD-Quadro de Avaliação do Desempenho para 2010, mas não atingiu a meta do Saneamento. Foram alcançados em 2010 61% de acesso a Água potável, contra 56% em 2009, e o número de pessoas com acesso a água potável aumentou para 13.571.590. Na Água Urbana (64% em 2010 contra 60% em 2009), foram feitas 38.115 ligações domiciliárias e 226 fontanários, enquanto na Água Rural (59,6% em 2010, contra 54% em 2009) foram operacionalizadas 2.433 fontes dispersas novas e reabilitadas e 25 pequenos sistemas do tipo I, servindo respectivamente 1.216.500 e 438.200 pessoas adicionais.

O acesso a Saneamento adequado atingiu em 2010 os 44%, um aumento modesto em relação a (43%) em 2009. O acesso atingiu 41% na área rural, com a construção de 103.278 latrinas melhoradas e tradicionais melhoradas, e 51,6% na área urbana, com construção de 5.234 latrinas melhoradas em zonas peri-urbanas. O número de pessoas com acesso a saneamento adequado aumentou para 9.881.900.

Em 2010 o acesso a água potável e serviços de saneamento adequado foi medido ainda segundo os níveis mínimos de serviço definidos na Política de Águas. Não há informação actualizada para 2010 sobre o uso real de fontes seguras de água potável e de infra-estruturas de saneamento adequadas.

Revisão de indicadores de acesso e uso de fontes de água e saneamento seguro: O MOPH comprometeu-se a prosseguir com o processo de revisão do serviço mínimo de abastecimento de água rural para 300 utilizadores/fonte dispersa. Igualmente será mudado o serviço mínimo de saneamento adequado, para abranger os resultados da aplicação do SANTOLIC. Foi realçada a necessidade de rever ainda os serviços mínimos nas áreas peri-urbanas, tomando em conta as preferências das comunidades. As decisões a tomar têm implicações técnicas e políticas e há requisitos legais a satisfazer antes de aplicar os novos critérios. Será elaborado um roteiro deste processo, incluindo um plano de comunicação que explique que se trata apenas de fazer a aproximação entre os critérios da Política de Águas e a situação real encontrada nos grandes inquéritos do INE e nas avaliações internacionais. A DNA reforçará a ligação com o INE para que inclua o Abastecimento de Água e Saneamento em todos os seus inquéritos. O PRONASAR realizará em 2011 um estudo de base sobre esses temas.

2.4 Acção social

Desempenho do sector – Indicador do QAD # 27: "Número de crianças, pessoas idosas, pessoas portadoras de deficiência, mulheres chefes de agregado familiar beneficiando dos programas de Protecção Social" – Meta atingida.

O Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS) assistiu 264.511 pessoas correspondendo a um aumento de 0.81% em relação à meta do QAD para 2010, fixada em 262.383 beneficiários. O valor dos escalões do subsídio de alimentos não foi aumentado traduzindo-se na redução acentuada do poder de aquisição dos beneficiários.

Para além dos programas de protecção social básica implementados directamente pelo Instituto Nacional da Acção Social (INAS) destacou-se o atendimento de 351.408 crianças em situação difícil que beneficiaram de apoio multiforme, 69.312 crianças em idade pré-escolar nos centros Infantis e Escolinhas Comunitárias e 2.872 pessoas com deficiência nas comunidades que receberam meios de compensação.

Foi aprovada a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (ENSSB) 2010-2014, representando um passo importante na clarificação dos objectivos do sector e uma oportunidade para o reforço da coordenação entre os actores. Seguiu-se o processo de elaboração do respectivo Plano Operacional envolvendo os sectores que intervêm na área de Acção Social.

Execução orçamental: para o ano de 2010, o sector recebeu uma dotação orçamental de 393.890,75Mt, sendo 339.850.82Mt para o funcionamento dos órgãos do sector com a execução de 98.98% e 54.039.93Mt para o investimento com uma execução de 99.03%.

Desafios: (1) Aumentar o valor do OE alocado aos programas de protecção social básica de forma a cobrir na totalidade as metas estabelecidas de beneficiários na ENSSB, tendo em conta os níveis de vulnerabilidade existentes no país, agravados pelo aumento progressivo do custo de vida associado ao aumento internacional dos preços dos combustíveis e dos alimentos; (2) Continuar os esforços de melhorar a eficiência das instituições implementadoras dos Programas (3) Aplicar o mecanismo de actualização do valor do subsídio de alimentos expresso no Decreto n.º 19/93 de 25 de Agosto, para garantir a manutenção do poder de compra dos beneficiários face à inflação; (4) Melhorar a coordenação inter-sectorial para evitar a duplicação de esforços e recursos, garantindo desta forma a conjugação de sinergias necessárias para atendimento de um número maior dos potenciais beneficiários dos programas de protecção social; (5) Melhorar o sistema de informação entre os diferentes actores com intervenções na área da acção social e (6) continuar a sensibilização dos actores nacionais para prestarem maior atenção a Protecção Social de modo a impulsionar um crescimento económico do país mais inclusivo.

Lição Aprendida: O trabalho conjunto foi uma prática que contribuiu para a melhoria da articulação entre o MMAS e Parceiros nos vários domínios de intervenção.

PILAR IV: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

INTRODUÇÃO

Os sectores que constituem o pilar de desenvolvimento económico tiveram um desempenho razoável. Dos 9 indicadores do pilar, 3 foram atingidos: (i) número total de camponeses assistidos (ii) número de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral, e (iii) número de novas ligações; 2 não foram atingidos: (i) tempo necessário para realizar uma importação e exportação e (ii) número de hectares de novos regadios construídos e ou reabilitados com fundos públicos; outros 2 não foram atingidos com progresso: (i) simplificação de licenças para o exercício da actividade empresarial e (ii) % de estradas em condições boas e razoáveis; e para os restantes dois (ambos do sector financeiro) não foi facultada a informação.

Os sectores de apoio que integram o pilar de desenvolvimento económico, nomeadamente, estradas, rede eléctrica e sector financeiro registaram uma assinalável expansão que poderá, de certa forma, estimular o desenvolvimento do sector privado e a expansão do sector agrário. Entretanto, a qualidade dos serviços e os custos associados continuam um desafio.

O aumento da produção e produtividade agrícola constitui uma prioridade do Governo nos diferentes instrumentos de política do Governo, incluindo o novo Plano de Acção para a Produção da Pobreza. Entretanto, em 2010, assistiu-se a uma desaceleração do crescimento do sector em quase 3 pontos percentuais. Tal indica que reformas profundas deverão ser implementadas para estimular o sector.

A Melhoria do Ambiente de Negócios e o Desenvolvimento do Sector Privado foi definido pelo Governo como uma das prioridades no âmbito dos esforços do país tendentes a enfrentar os desafios impostos pela crise económica internacional, bem como, a promoção do emprego. Entretanto, o comportamento dos indicadores do DoingBusiness, da confiança empresarial e do índice do ambiente de negócios, entre outros, indicam que poucas acções visando a materialização de tais prioridades foram realizadas na prática. O posicionamento de Moçambique no relatório do DoingBusiness 2011 do Banco Mundial, nomeadamente, 126^a posição entre 183 países, atesta as dificuldades enfrentadas pelo sector privado no exercício das suas actividades no País.

Este cenário revela que há uma necessidade urgente de acelerar o passo das reformas. Entretanto, o desafio, neste capítulo, é a liderança de processo de reformas, tendo em conta a sua natureza transversal, envolvendo diferentes ministérios. Desta feita, o desafio será envolver o Presidente da República ou Primeiro-Ministro na liderança das reformas, na qualidade “champions”.

SECTOR FINANCEIRO

O desempenho do sector financeiro no período em análise foi caracterizado por (i) variação do crédito à economia na ordem de 27,5%; (ii) o rácio de solvabilidade atingiu 14,4%; (iii) O rácio crédito vencido/crédito total foi de 1,9%; (iv) o spread das taxas de juros situou-se em 9,5%; (v) entrada em funcionamento de 64 novas agências bancárias; (vi) expansão da rede bancária para mais 7 distritos totalizando 58 distritos com presença bancária, contudo a maior concentração regista-se na Cidade e Província de Maputo com cerca de 194 balcões, o equivalente a 46,6%. Ao nível regulamentar, destaque vai para a publicação dos Avisos 01/GBM/2010, de 05 de Julho e 02/GBM/2010, de 21 de Setembro sobre Reservas Obrigatórias, fixando as taxas em 8,50% e 8,75% respectivamente; e a revisão das taxas de intervenção no 2º, 3º e 4º trimestre, da Facilidade Permanente de Depósitos (3%, 4% e 4%) e Facilidade Permanente de Cedência (12,5%, 14,5% e 15,5%).

Em 2009, os prémios brutos emitidos do ramo Não Vida tiveram um crescimento de 33,3% em relação ao ano anterior, atingindo um montante global de 2.450,8 milhões de meticais, contra 1.838,9 milhões de meticais em 2008.

No mesmo exercício económico, os prémios brutos emitidos do ramo Vida alcançaram 322,8 milhões de meticais, representando um decréscimo na ordem de 9,5% em relação ao ano de 2008 em que se reportou 356,6 milhões de meticais. Globalmente,

o mercado reflecte acentuado domínio de seguros do ramo Não Vida, com 88,4% de toda a carteira, contra 11,6% do ramo Vida.

Licenciamento de novos mediadores em número de: (i) 1 empresa de seguros; (ii) 5 Corretores de seguros; (iii) 2 Agentes de seguros; e (iv) 13 Promotores de seguros.

No tocante aos indicadores do QAD, nomeadamente o indicador 28 – submissão a AR da proposta do Decreto Lei sobre o contrato de seguro e introdução das IFRS nas grandes empresas; e o indicador 29 – implementação do sistema informático no INSS.

MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO

A Melhoria do Ambiente de Negócios e o Desenvolvimento do Sector Privado foi definido pelo Governo como uma das prioridades de curto e médio prazos, no âmbito dos esforços do país tendentes a enfrentar os desafios impostos pela crise económica internacional. Entretanto, o comportamento dos indicadores do DoingBusiness, da confiança empresarial e do índice do ambiente de negócios, entre outros, indicam que poucas acções visando a materialização de tais prioridades foram realizadas na prática. O Relatório do DoingBusiness revela que, em 2010, Moçambique melhorou em 4 posições no ranking geral, passando para 126ª posição, num universo de 183 países, e para a 8ª posição a nível da SADC.

O Relatório do DoingBusiness revela que, em 2010, Moçambique melhorou em 4 posições no ranking geral, passando para 126ª posição, num universo de 183 países, e para a 8ª posição a nível da SADC. Todavia, esta subida deveu-se, não propriamente à adopção de novas reformas no período em apreço, mas das mudanças metodológicas no DoingBusiness 2011, que culminaram com a captação dos efeitos da introdução do licenciamento simplificado, aliada a retirada do indicador referente a contratação e despedimento de trabalhadores, em que Moçambique se encontrava na 156ª posição.

As reformas introduzidas na área de melhoria do ambiente de negócios em 2010 cingem-se na regulamentação da Lei de Trabalho, na introdução da inspecção única das actividades económicas, na introdução do sistema electrónico de janela única para efeitos de importação e exportação e no alargamento da abrangência do regime do licenciamento simplificado. Desta feita, a ausência de reformas ousadas com vista a melhoria do ambiente de negócios reflectiu-se também pelo abrandamento considerável da confiança empresarial na economia moçambicana (queda do Indicador do Clima Económico das Empresas em 4 pontos percentuais, segundo o Instituto Nacional de Estatística), precipitada pela queda dos indicadores de previsão da procura, de emprego, e dos preços de bens e de serviços, bem como da avaliação desfavorável em quase todos os sectores de actividade económica.

No âmbito do QAD, foram acordados dois indicadores. O indicador 30 - tempo necessário para efectuar uma operação de exportação e importação (meta:15) - não registou avanços, sendo que tempo se manteve em 23 dias (exportação) e 30 dias (importação). Assim, a meta do indicador 30 não foi atingida. O Indicador 31 - simplificação de licenças para o exercício da actividade empresarial – tem como meta a aprovação pelo Conselho de Ministros de um pacote legislativo para a simplificação de todas as licenças para o exercício da actividade empresarial. Foi iniciado um mapeamento exaustivo das licenças exigidas para exercício da actividade económica pelo Governo com apoio do Banco Mundial e IFC. Assim, a meta do indicador do 31 não foi atingida mas com progresso.

AGRICULTURA

O crescimento do sector agrário retraiu de 8.6% em 2009 para 5.9% em 2010, onde o sub sector da agricultura e florestas cresceram significativamente de 4.2% para 7.9% na Agricultura e de 1,4% para 5.9% nas Florestas, enquanto que o sub sector de Pecuária registou um decréscimo (de 47.9% em 2009 para -5.7% em 2010 afectando assim o crescimento global do sector. O crescimento verificado no sub sector da agricultura foi devido a um crescimento significativo de produção com destaque para a Castanha de Cajú, Cana de Açúcar, Tabaco, e hortícolas. O sub sector da

silvicultura cresceu devido a melhoria dos preços de madeira no mercado internacional. Outrossim, o reforço da implementação da medida que visa a restrição da exportação de madeira em toros de 1ª classe com vista promover o seu processamento a nível nacional.

O decréscimo do subsector da Pecuária foi devido a redução da produção de pintos de dia pelas incubadoras filiadas à AMA (Associação Moçambicana de Avicultores), a problemática do aumento do preço da ração e dos preços baixos praticados pelos matadouros na aquisição de frango vivo aos produtores.

O ano 2010 observou um crescimento de 47% do Orçamento alocado ao sector agrícola em relação a 2009. E se considerar o ano de 2008, o acréscimo cumulativo é de cerca de 60%, pois passou-se de um montante de 2.995.279 mil meticais para 4.790.048 mil meticais. O grau de execução situou-se em 91%, mais 3% do que o registado em 2009, num nível de controlo efectivo de 87%, mais 5 pontos percentuais em relação ao exercício anterior.

Em termos gerais, o ano de 2010 foi positivo. Dos 3 indicadores do QAD (Quadro de Avaliação de Desempenho) 2 atingiram a meta. Para o indicador de “número total de camponeses assistidos”, o grau de realização foi de 108%, o “número de comunidades locais delimitadas e registadas no atlas cadastral” foi de 102%, enquanto que o “número de hectares de novos regadios construídos e ou reabilitados com fundos públicos”, foi realizado em 57%. Contribuíram para o não alcance da meta a capacidade dos empreiteiros e a morosidade do processo de procurement.

ESTRADAS

O desempenho do sector de estradas é medido pela extensão da rede em condições de transitabilidade, que garantam a ligação eficiente e eficaz entre áreas de potencial agro-económico com os mercados e áreas de consumo. O grau de transitabilidade rodoviária é deste modo medido pelo estado de conservação da rede rodoviária que permita a fácil circulação de viaturas.

No período em análise, o desempenho do sector esteve abaixo do planificado, atingindo-se uma realização de 69%, dois pontos percentuais abaixo do planificado (71%) para a percentagem de estradas em condições de transitabilidade “boa” e “razoável”. Esta realização apesar de representar um decréscimo de dois pontos percentuais comparativamente ao desempenho de 2009, situou-se na média de desempenho dos últimos três anos que foi de 69%, representando um desvio de um ponto percentual da média planificada para os três anos.

Vários factores estiveram associados ao não alcance efectivo das metas planificadas, não obstante apresentarem progressos. Factores de realce são referentes a actual crise financeira mundial que limita a disponibilidade atempada dos recursos planificados, a limitada capacidade dos provedores de serviços para o sector (empreiteiros locais) e as reformas realizadas aos níveis de gestão e legislativo, que requereu adaptação aos novos procedimentos pelo pessoal do Sector.

Não obstante os constrangimentos acima mencionados, registaram-se progressos significativos na garantia de mobilidade na rede de estradas através de intervenções pontuais e seleccionadas que permitiram um continuado acesso as regiões de ligações das estradas. Estas intervenções apesar de terem permitido a conectividade da rede de estradas não contribuíram para a melhoria das condições gerais das estradas. A adopção destas estratégias de melhoria das estradas teve como base a alocação racional dos recursos do sector para garantia de movimento de pessoas e bens.

ENERGIA

No período em análise, o Sector de Energia alcançou com sucesso as metas e os resultados preconizados no Plano Económico e Social e Orçamento de Estado para 2010, bem como da extensão PARPA II, com particular destaque para os indicadores e metas patentes no Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD).

O número de novas ligações efectuadas atingiu cerca de 123.000 novos consumidores, superando a meta planificada no QAD (85.000) em cerca de 145%,

permitindo que o número total de consumidores conectados a rede eléctrica atingisse 850.929 contra os 700.000 consumidores. A percentagem de pessoas com acesso à energia eléctrica atingiu 18%, sendo assim uma das áreas de melhor desempenho do sector

No entanto, a avaliação da performance da EDM por parte da CNELEC é um dos resultados que ainda não foi atingido mas apresenta um progresso significativo.

A relação entre a execução Orçamental e o desempenho do Balanço do PES foi positiva, tendo sido alcançada uma execução de cerca de 68%, reflectindo-se em algumas actividades a destacar: (i) expansão da rede eléctrica para as zonas rurais (7 Sedes distritais); (ii) conclusão da reabilitação dos tanques de 2.500m³ e está em curso a reabilitação de 8 tanques que representam 150.000m³ de capacidade de armazenagem na Instalação Oceânica do Lígamo no âmbito da aumento da capacidade da armazenagem de combustíveis líquidos, como forma de minimizar a dependência externa na importação de combustíveis fósseis; e (iii) expansão da rede de distribuição e comercialização, com prioridade para as Sedes Distritais que actualmente não dispõem de postos de abastecimento.

A execução do orçamento total de investimento teve um desempenho positivo, no entanto, é importante salientar a fraca execução do orçamento de investimento na componente externa, esta fraca execução deveu-se em grande medida aos atrasos no desembolso dos fundos.

A falta de coordenação intersectorial é um aspecto que ficou saliente durante o período em destaque e neste sentido a principal lição apreendida é que a integração entre os sectores é um aspecto extremamente importante no alcance de qualquer objectivo.

PILAR V: Assuntos Transversais

SUBGRUPO DO HIV&SIDA

1. Sumário Executivo

A resposta contra o HIV e SIDA continuou a privilegiar a consolidação das parcerias e o reforço da transversalização da abordagem nos sectores. Em 2010 continuou-se a conferir maior prioridade à prevenção com vista a influenciar mudanças de comportamentos que ajudem a reduzir a propagação de novas infecções.

As acções de prevenção e mitigação na resposta centraram-se na concretização das direcções estratégicas e prioridades contidas na estratégia de aceleração da prevenção e noutras áreas do PEN II. É notável a continuidade na réplica das orientações contidas na Iniciativa Presidencial, reforçadas pelas campanhas sobre mudança de comportamento com destaque para o problema dos Parceiros Múltiplos e Concomitantes, a partir do qual lançou-se a campanha “**Andar fora é manning arriscado**”, cuja primeira fase arrancou com o slogan “**Amores a mais é demais,**”

A execução financeira do CNCS esteve a um nível aceitável, situando-se acima de 90% tanto nos fundos internos como externos, isto é, as despesas realizadas correspondem a 95.44% dos fundos disponíveis durante o exercício. Comparativamente ao orçamento aprovado, a execução situa-se em 63%, um nível aparentemente baixo se tomar em conta o nível da disponibilidade financeira para o exercício findo. Anote-se que em 2010 continuou a observar-se a redução das contribuições ao Fundo Comum, assim como dos fundos domésticos. Com o realinhamento do CNCS acompanhado pela sua retirada na gestão de subvenções para se dedicar exclusivamente à coordenação da resposta, logrou-se ser necessário a institucionalização do exercício da medição de gastos em SIDA no país, uma vez que será possível um mapeamento sobre os recursos disponíveis, bem como sobre em que áreas estarão a ser usados. Esta informação é crucial para tomada de decisões estratégicas sobre o curso da resposta.

2. Análise do Desempenho em 2010

2.1 Desempenho à luz dos indicadores do QAD 2010:

A) Indicador do QAD # 37^a: % e (Nº) de mulheres grávidas HIV+ que receberam medicamentos

ARV nos últimos 12 meses para reduzir o risco de transmissão de mãe para o filho (PTV)

Meta para 2010: 75.099

Atingido em 2010: 69.880

Observações:

A meta não foi alcançada pese embora tenha tendências a progredir. O nº de mulheres grávidas HIV+ que receberam medicamentos ARV para a prevenção da transmissão do vírus de mãe para filho (PTV) foi de 69.880 (a meta era de 75.099), isto é, o grau de realização foi de cerca de 93.1%. apesar deste grau de realização com relação a cobertura completa do PTV na população estamos a 43.6%

Comparando com o ano de 2009, houve progressos, atendendo que apenas 66.615 mulheres grávidas HIV+ receberam medicamentos ARV para a prevenção da transmissão vertical (64% cobertura). Registou-se, ainda, um progresso significativo na expansão de unidades sanitárias que fornecem serviços de PTV no País, de 832 unidades sanitárias em 2009, para 909 Unidades em 2010.

Indicador do QAD # 22 a: Nº de adultos (> 15) com infecção HIV avançada que beneficiam do TARV (terapia Anti-retroviral)

Meta para 2010: 194.440

Atingido em 2010: 201.596

Observações:

A meta foi alcançada e ultrapassada no contexto do Sector de Saúde. O nº de adultos (> 15) com infecção HIV avançada que beneficiam do TARV (terapia Anti-retroviral) foi de 201.596 (a meta era de 194.440), isto é, o grau de realização a nível do sector de saúde foi 103.7%.

Comparando com ano 2009, podemos lograr que houve progressos pese embora os dados são cumulativos, atendendo apenas 145.883 adultos (> 15) com infecção HIV avançada que beneficiam do TARV. Registou se ainda um progresso na expansão de unidades sanitárias que fornecem esses serviços no País, de 222 para 229 unidades sanitárias em 2010.

C) Indicador do QAD # 22 b : Nº de crianças que beneficiam do TARV pediátrico.

Meta para 2010: 19.426

Atingido em 2010: 17.395

Observações:

A Meta não foi atingida mas tende a progredir. Diferentemente do ano transacto em que a meta foi alcançada e extravasada. O grau de desempenho (89.6%) deste indicador foi fraco com relação a meta prevista, embora com sinais de progressão. Relativamente ao acesso ao tratamento Anti-retroviral (TARV) de forma genérica foi atingida e ultrapassada cifrando-se em 102.4%, tanto para adultos como para crianças no contexto das metas do Sector de Saúde. A capacidade de administrar TARV, embora cresça de forma aritmética não cobre ainda parte significativa dos adultos que dela demandam, isto é, estimava –se que até finais de 2010 cerca de 465,859 pessoas necessitariam de TARV no país. Contudo, Os esforços do Governo a esta problemática tenham tido como resultado uma cobertura de cerca de 47%.

2.2 Análise do progresso nas áreas do PEN II

Prevenção

Durante o período em análise, na componente do aconselhamento e testagem foram realizadas **5.431** sessões de sensibilização em matéria de HIV e SIDA atingindo **87.701** trabalhadores. E cerca de **61.438** trabalhadores foram submetidos aconselhamento e testagem como resultado das sessões de sensibilização conduzidos pelos provedores de serviços. O aconselhamento e testagem (AT) é uma componente fundamental para a prevenção do HIV e SIDA sendo uma porta de entrada para cuidados, tratamento e suporte psicossocial, bem como para a mudança de comportamento. O número de pessoas de 15 anos ou mais, atendidas nas diversas unidades de Aconselhamento e Testagem em Saúde (ATS) do Serviço Nacional de Saúde (ATIP – Aconselhamento e Testagem Iniciada pelo Provedor e ATIU – Aconselhamento e Testagem Iniciada pelo Utente) cresceu de 602.171 em 2009 para cerca de 2.436.111 em 2010, isto é, o grau de desempenho do programa foi de 81.7% para 2010 contra os 102% alcançados em 2009 a nível nacional

No programa de Prevenção da Transmissão Vertical o número de US oferecendo o serviço de PTV expandiu e atingiu em 2010 909 unidades, contra 832, em 2009. Assim, em 2010 foram atendidas pela primeira vez nas CPN com serviços de PTV, 1.036.886 mulheres grávidas contra (888.861 atendidas em 2009). O número de mulheres grávidas aconselhadas e testadas nestas US, também aumentou fixando-se em 736.794 no ano de 2010, contra 649.820 em 2009. Enquanto isso, até Dezembro de 2010, cerca de 69.880 mulheres grávidas haviam recebido Anti-retrovirais para a prevenção da transmissão vertical, correspondendo a 43.6% do total de mulheres grávidas HIV positivas estimadas no país. Em 2009, cerca de 66.615 as mulheres grávidas que receberam Anti-retrovirais.

Dados do programa SAAJ, indicam que foram abertos 28 novos SAAJ's nas províncias de Cabo Delgado (11), Tete (9), Sofala (2) e Cidade de Maputo (3), elevando de 258 para 273 serviços de SAAJ's, em funcionamento no país contrariamente as 15 unidades abertas com serviços de SAAJ's. Estes serviços atenderam nas primeiras consultas cerca de 124.258 adolescentes e Jovens de um total de cerca de 286.350.

Dados dos inquéritos mais recentes em Moçambique, indicam que a percentagem de mulheres com idades entre os 15 - 49 anos que usaram o preservativo na última relação sexual com o parceiro ocasional, (considerado sexo de alto risco) passou de 24% em 2003 para 44% em 2008. O uso do preservativo nas relações sexuais de alto risco aumentou cerca de 3 vezes mais nas áreas rurais (8% em 2003 para 23% em 2008) e dois terços nas zonas urbanas (de 34% em 2003 para 58% em 2008).

A disponibilização do preservativo em 2009 foi de 89.180.318, enquanto que em 2010 foram distribuídos apenas 66,535,117, o que significa uma diminuição de 22,645,201, o que corresponde a um decréscimo de 25.3%. A diferença de números entre os dois períodos pode ser explicado pelo facto de nos anos 2008 e 2009 ter se feito muita campanha para a promoção do preservativo o que teria levado as instituições a maior procura, sendo que maior parte das instituições/organizações em 2010 continuavam com stocks o que não justificava novas solicitações.

b) Advocacia

É notável a continuidade na implementação da réplica das orientações contidas na Iniciativa Presidencial, reforçadas pelas campanhas sobre mudança de comportamento com destaque para o problema dos Parceiros Múltiplos e Concomitantes, a partir do qual lançou-se a campanha "**Andar fora é manning arriscado**", cuja primeira fase arrancou com o slogan "**Amores a mais é demais**,"

Estigma e discriminação

Durante o ano de 2010, continuou-se com a divulgação da Lei da Defesa dos Direitos e Combate à Discriminação e Estigmatização das Pessoas Vivendo com HIV e SIDA – Lei nº 12/2009 – o que representa um passo importante para o reforço do contexto político da prevenção do HIV em Moçambique.

Esta Lei reflecte o compromisso do Governo e das organizações da sociedade civil com medidas anti-discriminação, bem como com o direito à privacidade, o acesso ao tratamento gratuito providenciado pelo Estado, a obrigação de oferecer educação sobre HIV através dos currículos escolares e a protecção dos direitos de propriedade da mulher.

d) Tratamento

No âmbito do Tratamento Anti-retroviral (TARV), até 31 de Dezembro de 2010 haviam cerca de 201.596 adultos; 17.395 crianças com menos de 15 anos de idade em TARV, totalizando 218.991 pacientes em TARV, o que representa um grau de cumprimento acima dos 100% (102.4%). O número dos postos que fornecem os serviços de TARV foi de 229, em 2010, o que ultrapassa a meta estabelecida em 215. Este aumento encontra a sua explicação na abertura de mais de locais de atendimento ao nível do País.

e) Mitigação

No âmbito do indicador de QAD referente ao " % de crianças recebendo assistência (saúde, educação, apoio legal -registo de nascimento, apoio financeiro, apoio psicossocial e apoio alimentar e nutricional" para o ano 2010, de acordo com O PACOV (Plano de Acção para a Criança Órfã e Vulnerável), tendo uma meta de atendimento de 1.6 milhões de crianças (2006-2010), O Governo prestou assistência a **351.408** COV's em apoio multiforme, através de 826 Comitês Comunitários de Atendimento à Criança. As 351.408 crianças órfãs e vulneráveis assistidas em todo o País, correspondem a 19.7% das 1.6 milhões de crianças órfãs e vulneráveis. Durante

o período em análise foram aprovados os seguintes instrumentos orientadores: Regulamento dos Infantários e Centros de Acolhimento a Criança em Situação Difícil; Guião dos Comités Comunitários de Protecção da Criança; Padrões Mínimos de Atendimento a Criança em Situação Difícil.

Durante ano de 2010, cerca de 137 organizações prestaram assistência a PVHS's em Moçambique. Deste número, destacam-se as províncias de Gaza (65) e Maputo - Província com 58, Tete (45), Sofala (40) e Manica (35) organizações contra 407 organizações prestando assistência a esse grupo alvo em 2009, esta redução deve-se ao facto de algumas províncias não terem feito referência a este indicador. . Neste contexto, durante o ano de 2010 beneficiaram-se de apoio nutricional, financeiro, psicossocial e formação vocacional 190.006 PVHS; e cerca de 8.592 agregados familiares estiveram envolvidos em esquemas de geração de renda contra os 36.767 PVHS assistidos em 2009.

f) Pesquisa

Foi produzido o relatório de MEGAS, aguardando-se pela sua aprovação, foi validado e submetido as Nações Unidas o relatório de progresso da Sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre HIV e SIDA (UNGASS) 2008-2009, e divulgados dados do Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA 2009).

Iniciou o processo de aproximação entre CNCS, MCT e ONUSIDA, com vista a criação de uma plataforma que crie mecanismos de monitoria e actualização do plano de investigação tendo em conta as prioridades definidas no PENIII.

g) Coordenação

O Conselho Directivo do CNCS reuniu ao longo de 2010 em 2 sessões tendo deliberado sobre diversos assuntos, entre os quais, consta a alteração da a composição do CNCS bem com a análise de várias matérias , num exercício de carácter informativo aos novos Membros do CNCS, na sequencia do novo mandato do Governo ;

O SE-CNCS orientou 9 Sessões do Fórum de Parceiros, com agendas relacionadas com o funcionamento regular do CNCS bem como com as actividades desenvolvidas pelos diferentes actores da Resposta Nacional. Faz-se menção a título de exemplo, a análise do POA 2010; ACA 2010, a preparação da campanha de ATSC e da Conferencia Nacional sobre o SIDA, a concepção do Desenvolvimento Institucional e sua articulação com os desafios impostos pela operacionalização descentralizada do PEN III (instrumento aprovado em Grau de realização das acções previstas no POA 2010 20 Março de 2010). Foram também objecto de análise nos encontros matérias como auditoria ao Fundo Comum, expansão do E-SISTAFE pelas províncias, bem como algumas apresentações sobre PMC, experiência regional de Resposta ao HIV e SIDA, Resposta do sector Privado ao HIV e SIDA; Novas experiência de coordenação da Sociedade Civil (MONASO e a ALIANCE), Curso on line de HIV e SIDA, entre outros temas.

O SE-CNCS facilitou a realização de 3 reuniões do Grupo de Referência de Prevenção com objectivo de avaliar a implementação da EAP durante o ano 2009, bem como analisar as acções para 2010. Ao longo das sessões recomendou-se ser necessário a realização de dois grandes eventos: A Campanha de ATSC e a Conferência Nacional sobre o HIV e SIDA. mas, estas acções não tiveram lugar devido a exiguidade de fundos, depois de muito investimento despendido na sua preparação

O SE-CNCS orientou nove sessões do Comité Director do PEN III, cujo objectivo era de apoiar o desenho das matrizes operacionais dos sectores abrangidos no processo, como também no desenho dos planos operacionais provinciais, uma acção que se estendeu durante o ano de 2010.

3. A execução financeira do Conselho Nacional de Combate ao SIDA

Da análise comparativa dos desembolsos dos Parceiros do Fundo Comum e da componente interna do orçamento do Estado de 2009 e 2010, conclui-se ter havido uma redução no nível de financiamentos.

O valor global orçamentado para o exercício económico de 2010 foi de 368.632,79 milhares de meticais e o grau de execução foi de 232.386,60 milhares de meticais. Deste montante 34.5% foram usados no financiamento de subprojectos da sociedade civil e do sector público e os restantes 65.5% no pagamento de despesas relacionadas com a execução das actividades do POA 2010 e de suporte institucional.

Na componente interna do Orçamento do Estado a execução foi de 98.4% , sendo a execução da componente externa de 55.6% e a média é de 63%. O nível de execução dos fundos externos aparentemente baixo, explica-se pelo facto dos fundos efectivamente recebidos pelo CNCS serem inferiores em relação ao valor orçamentado, Do orçamento global do CNCS para 2010 de 368.632,78 milhares de meticais, foram desembolsados 243.423,38 milhares de meticais apenas, tendo ficado sem realização 125.209.40 milhares de meticais, este valor que corresponde a um deficit orçamental, à data da aprovação do POA de 2010, não estava previsto como seria coberto. No entanto, o nível de aplicação de fundos é de 95.47% quando a análise tem em conta os fundos disponíveis para o exercício económico.

Desafios

Consolidar as acções até aqui desenvolvidas para o realinhamento das acções do Conselho Nacional de Combate ao HIV e SIDA e da operacionalização descentralizada do PENIII ;

A realocação de fundos de combate ao HIV e SIDA através de diferentes modalidades de financiamento, agravado pela redução do numero de intervenções e apoios às organizações da sociedade civil e de base comunitária, como resultado da crise financeira mundial;

A reestruturação do mecanismo de disponibilização, aquisição e distribuição dos preservativos, para garantir uma logística mais eficiente;

Ainda é deficiente a alimentação do Sistema de Informação da Resposta Nacional, por parte dos diferentes actores no combate ao HIV e SIDA, o que resulta na dificuldade de um acompanhamento sistemático da resposta e da avaliação do alcance das acções de combate ao HIV e SIDA no país;

Uniformizar a gestão dos recursos financeiros a partir de um único sistema informático;

Envidar-se esforços para optimização da liquidez,

ASSUNTO: Ponto de Situação do Sector de Desenvolvimento Rural

Indicadores constantes no PARPA II 2006-2009, sua extensão para 2010 e perspectivas para o PARP 2011-2014

Contexto

O Decreto Presidencial número 1/2010 no seu sexto artigo, transfere a Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural (DNPDR), do Ministério de Planificação e Desenvolvimento (MPD) para o Ministério da Administração Estatal (MAE), com as suas competências, funções, meios matérias, humanos e financeiro. Assim a DNPDR continua com o mandato de promover, coordenar e monitorar o Desenvolvimento Rural integrado e sustentável ao nível do Território Nacional.

A coordenação e implementação de projectos e programas no âmbito de desenvolvimento rural, tem sido crucial para a execução de diversas acções com destaque para: *i) coordenar as actividades inter-sectoriais de planificação e promoção do desenvolvimento rural integrado; ii) regulação da mobilização e organização da participação das comunidades locais nos programas de desenvolvimento rural; iii) elaborar a política governamental e estratégia de desenvolvimento integrado; planificar e organizar a capacitação dos órgãos locais do estado e os das autarquias locais para realizar as tarefas de desenvolvimento rural; iv) promover e incentivar a organização dos produtores rurais e associações.*

A DNPDR para além de se orientar as políticas e programas globais do desenvolvimento socio-económico do país, definidas pelo governo, nomeadamente a extensão do PARPA II, o Programa Quinquenal do Governo, o Plano Económico e Social, também definiu instrumentos estratégicos para guiar a sua intervenção no meio rural. Trata-se da *Estratégia do Desenvolvimento Rural (EDR)* que é um instrumento de orientação que visa induzir mudanças substanciais no padrão de acumulação da economia nacional a favor de um envolvimento eficaz e eficiente da economia rural e a *Estratégia de Finanças Rurais (EFR)* “ por aprovar”, que tem como objectivo garantir o acesso a serviços financeiros nas zonas rurais para indivíduos, grupos ou empresas, contribuindo, deste modo, para o crescimento económico e alívio à pobreza no meio rural e promovendo um dinamismo de acumulação de riqueza pro-rural.

Metas de PARPAII (2006-2009) e sua extensão para 2010

A meta proposta para a extensão do PARPA II foi atingida de acordo com a proposta elaborada. Neste contexto, i) foi aprovada a Lei, Geral das Associações Agro-pecuárias e das Cooperativas. Nesta base, foram inscritas cerca de 6000 associações a serem apoiadas por várias iniciativas do governo em parcerias com outras organizações a trabalhar ao nível local. Destas, foram legalizadas 1841, ii) aumento da cobertura da rede bancária nas zonas rurais e de número de agências: (a) de **28 distritos** (em 2006) para **52 distritos e** de **228 agências** (em 2006) para **385 agências** (até 1/11/2010); (b) de **45** (em 2005) para **117** até 1/11/2010) Operadores de Micro crédito, **10** Organizações de Poupança e Empréstimos e **6** Microbancos que estão a servir a um universo de 264 000 clientes de baixa renda, (c) Na implementação do Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) foram financiados 16.271 projectos (7.065 de produção de comida e 9.206 de geração de rendimento) tendo beneficiado cerca de 2.176 associações e 14.117 individuais (particulares). No mesmo contexto, foram capacitados 1.177 intervenientes do FDD (670), DEL (238) e dos centros de atendimento de pequenas e medias empresas -MERA'S (144)) em matéria de Desenvolvimento Económico Local (DEL) e Fundo Distrital de Desenvolvimento,

iii) actualmente, contamos com 86 rádios comunitários (onde 74 são Rádios Comunitários e 12 Rádios e Televisão Comunitário); v) Em funcionamento 11 Agências de Desenvolvimento Económico Local e uma rede nível nacional para uma melhor articulação e harmonização das suas acções e; vi) implementados vários programas com a perspectiva de fortalecimento das ligações de mercados agrários, com destaque do) SMOLLHOLDER (Zambézia, Tete e Sofala); PRODEZA na província de Zambézia e o PROMER nas Províncias de Cabo Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia (na fase inicial da sua implementação), o que espelha a evolução uma implementação de programas de mercado agrário a nível nacional. No mesmo âmbito, foram realizados varias capacitações a nível nacional uns de carácter regional e provincial e outras de carácter distrital e local com destaque: (a) principais intervenientes do programa de promoção de desenvolvimento rural (PROMER) com a participação de cerca de 127 representantes de varias instituições de estado, sector privado e a sociedade civil; (b) 90 empresários locais da província de Inhambane em representação aos Distritos de Massinga (30), Morrumbene (30) e Inharrime (30) e constituídas 8 pequenas e medias empresas sendo 2, 2 e 4 respectivamente; (c) uso

sustentável dos recursos naturais e do ambiente para o desenvolvimento, com participação de cerca de 120 indivíduos em representação a zona Norte (35) centro (40 e sul (45).

Avaliação das prioridades do Sector

Para a redução da pobreza no quinquénio em curso, serão prioridades: i) **Aumentar a competitividade e a acumulação da economia rural** através da *facilitação do registo das associações rurais; aprovação e implementação em todo o país da política e estratégia de finanças e micro finanças rural e divulgação das políticas e coordenação das actividades das instituições financeiras e actualização do banco de dados sobre a carteira de clientes*. Estas prioridades serão avaliadas e termos de *número cumulativo de associações legalizadas e em pleno funcionamento, número cumulativo de instituições financeiras e micro financeiras rurais que adoptam a política e estratégia do sector aprovada com sucesso, bem como de número cumulativo de clientes de baixa renda*; ii) **Promover o Desenvolvimento Institucional e das Infra-estruturas** através do *apoio técnico e metodológico na emergência de mecanismos de promoção e coordenação do desenvolvimento rural, nos Distritos no quadro dos planos estratégicos e na abordagem do desenvolvimento local, melhorando a produtividade e a dimensão social das comunidades locais*.

Uma melhor integração das acções de desenvolvimento rural e um maior envolvimento das comunidades locais será uma base forte para que o sector de desenvolvimento rural atinja os indicadores propostos.

Os indicadores propostos são um reflexo das recomendações dos documentos de referência para a elaboração do PARP, bem como de documentos estratégicos do sector (em implementação e em processo de elaboração) tais como a Estratégia de Desenvolvimento Rural, Campanha Nacional de Promoção de Poupança, Estratégia de Microfinanças e Finanças Rurais, Estratégia de Gestão de Conhecimento e o Inquérito sobre Orçamento Familiar; sendo de salientar que, estes documentos serviram como base para a elaboração do PQG.

Perspectivas

Melhorar a coordenação intersectorial entre as instituições do Estado, privadas e da sociedade civil aos diferentes níveis para evitar a duplicação de esforços e atrasos na implementação de acções e promover o uso racional dos recursos, perspectivando o aumento da produtividade agrícola, criação de mais postos de emprego e a melhoria da dimensão social das comunidades locais.

Reduzir o predomínio de intervenção sectorial e apostar nas intervenções territoriais e integradas na alocação de meios financeiros, materiais e técnicos, para consolidar a descentralização e desconcentração e promover a indicação de um órgão representativo do sector de desenvolvimento rural ao nível da base – o Distrito, onde decorrem todas as actividades de desenvolvimento rural.

Resumo

A Direcção Nacional de Promoção do Desenvolvimento Rural (DNPDR) é Órgão Central do Ministério da Administração Estatal responsável pela Promoção Coordenação e monitoria do Desenvolvimento Rural Integrado e Sustentável do país. A DNPDR, no âmbito das suas actividades, para além dos instrumentos orientadores do desenvolvimento sócio económico do país, nomeadamente o PARPA, o PQG e o PES, orienta-se pelas Estratégias do Desenvolvimento Rural e Finanças Rurais

No que concerne as Metas de PARPAII (2006-2009) e sua extensão para 2010 foi aprovada a Lei Geral das Associações Agro-pecuárias e das Cooperativas, tendo sido

inscritas cerca de 6000 associações. A Rede Bancária passou a cobrir mais 24 Distritos e e com 167Agencias. No que concerne ao Fundo de Desenvolvimento Distrital (FDD) foram financiados 16.271 projecto e capacitadas 1 177 intervenientes. Na sua perspectiva, a DNPDR, continua a guiar-se pelos cinco objectivos da Estrategia do desenvolvimento Rural.

2.5 Sector do Ambiente (Março 2011)

A integração das questões do Ambiente no Mundo e em Moçambique tornam-se cada vez prioritárias nas politicas e estratégias de desenvolvimento.

Dada a localização geográfica de Moçambique faz com que seja o mais vulnerável às consequências das mudanças Climáticas, tornando-se cada vez mais pertinente a integração deste tema em todos os aspectos que contribuem para um desenvolvimento sustentável.

De acordo com o Quadro de Avaliação de Desempenho(QAD) para 2010, na área do ambiente, os três objectivos e as respectivas metas foram cumpridas com sucesso (objectivos 35 e 36) respectivamente no concenente ao melhoramento do planeamento e ordenamento territorial e a transversalidade da gestão ambiental no país. Foram elaborados 21 Planos Distritais de Uso de Terra. No âmbito da divulgação da Estratégia Ambiental de Desenvolvimento Sustentável, foram realizadas 19 sessões promovidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES), com o tema de enfoque “Socialização e Consciencialização Ambiental em Moçambique”.

Foi elaborado o modelo da matriz simplificada para os Assuntos Transversais, visando a integração transversal da gestão ambiental no país. O Planeamento e Ordenamento Territorial constitui uma das grandes prioridades ambientais no país dado ao seu grande contributo para a melhoria do uso dos solos e da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, foi elaborada e aprovada a Estratégia para Intervenção nos Assentamentos Informais e os respectivo Plano de Acção, bem como a elaboração do Plano de Pormenor do Parque Ecológico de Malhazine que visa a transformação do ex-paiol em área verde e de uso público múltiplo.

Realizações de destaques vão para o Lançamento do 1º Compêndio Nacional de Estatísticas Ambientais, a Capacitação de 5.331 pessoas em matéria de Educação Ambiental, Planeamento Territorial e Gestão de Recursos Naturais no âmbito do Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental (PECODA), e a implantação de 2.183 florestas comunitárias novas e inventariadas 447, totalizando 1.640 em todo o país; foi revisto e aprovado pelo Conselho de Ministros o Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes, bem como a aprovação pelo mesmo órgão da criação da Agência Nacional de Controle de Qualidade Ambiental (AQUA), e a elaboração e aprovação da Estratégia de Género, Ambiente e Mudanças Climáticas.

No mesmo período testemunhamos a multiplicação de esforços de parcerias em áreas como Mudanças Climáticas, desflorestação (através de mecanismos como o REDD+, Redução de Emissões derivadas da Degradação e Desmatamento) e degradação de solos, enquanto que na agenda internacional, os grandes desafios ambientais centraram-se na participação em simpósios sobre Mudanças Climáticas e Biodiversidade, e debates a nível dos vários blocos mundiais, com vista a se acertar consensos rumo as Conferências das Partes (COP-16) em Cancun- México, e Cop10 , Nagoya – Japão, realizadas nos finais de 2010.

A crise financeira registada a nível global teve repercursões nos orçamentos do sector do Ambiente na ordem dos 37% o que implica que em 2011 esforços redobrados serão necessário visando o incremento da participação financeira do Estado e investimento externo, para colmatar os desafios que se colocam no sector.

Considerando as lições aprendidas e em consonância com o Programa Quinquenal do Governo 2010-2014, o sector do ambiente deverá prosseguir com as seguintes prioridades (i)apoio Institucional, ii)Gestão Ambiental incluindo a coordenação intersectorial, iii) Ordenamento Territorial, iv) Qualidade Ambiental, v)sensibilização da população sobre as questões ambientais através do PECODA e vi) Mudanças climáticas(redução da vulnerabilidade aos seus impactos).

A recente aprovação da Estratégia do Género, Ambiente e Mudanças Climáticas ainda a Estratégia de Redução de Emissões derivadas do Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) em processo de elaboração, são disso uma evidência clara, sobre a preocupação do país para a criação não só da capacidade para mitigação, mas sobretudo de adaptação no seio dos cidadãos.

De acordo com o Quadro de Avaliação de Desempenho(QAD) para 2010, para área do ambiente os três objectivos e as respectivas metas foram cumpridas com sucesso (objectivos 35 e 36) respectivamente no concernente ao melhoramento do planeamento e ordenamento territorial e a transversalidade da gestão ambiental no país. Foram elaborados 21 Planos Distritais de Uso de Terra de Chiúre, Ancuabe, Macomia, Mueda e Nangade na Província de Cabo Delgado, Nacala-a-Velha, na Província de Nampula, Cheringoma, Marromeu e Buzi na Província de Sofala, Alto – Molócue, Maganja da Costa e Pebane na Província da Zambézia, Gondola e Sussundenga na província de Manica, Moatize em Tete, Funhalouro e Massinga na Província de Inhambane, Chokwe, Chigubo e Massangena na Província de Gaza e Magude em Maputo. No âmbito da divulgação da Estratégia Ambiental de Desenvolvimento Sustentável, foram realizadas 19 sessões promovidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CONDES), Maputo (1), Gaza (1), Inhambane (5), Manica (1), Tete (1), Zambézia (4), Nampula (1), Cabo Delgado (4) e Niassa (1) com o tema de enfoque “Socialização e Consciencialização Ambiental em Moçambique”;

Foi elaborado o modelo da matriz simplificada para os Assuntos Transversais, visando a integração transversal da gestão ambiental no país. O Planeamento e Ordenamento Territorial constitui uma das grandes prioridades ambientais no país dado ao seu grande contributo para a melhoria do uso dos solos e da qualidade de vida dos cidadãos. Assim, foi elaborada e aprovada a Estratégia para Intervenção nos Assentamentos Informais e o respectivo Plano de Acção, bem como a elaboração do Plano de Pormenor do Parque Ecológico de Malhazine que visa a transformação do ex-paiol em área verde e de uso público múltiplo.

Adicionalmente a este facto realizações de destaques vão para o Lançamento do 1º Compêndio Nacional de Estatísticas Ambientais em cerimónia presidida por Sua Excelência o Primeiro-Ministro na presença de Membros do Governo, Corpo Diplomático, Empresariado, Académicos, Organizações Não-Governamentais, Sociedade Civil, Estudantes, funcionários e outros, totalizando 600 participantes, numa iniciativa que visa providenciar informação ambiental fiável quer aos decisores como ao público em geral; a Capacitação de 5.331 pessoas em matéria de Educação Ambiental, Planeamento Territorial e Gestão de Recursos Naturais no âmbito do Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental (PECODA), dos quais 296 de nível provincial, 153 de nível distrital, 3.267 de nível comunitário, 90 professores, 85 técnicos dos minicípios, 192 Jornalistas, 30 OCB's, 67 ONG's, 639 Lídres Comunitários, 485 Estruturas locais (Chefes de postos e de Localidades) e a implantação de 2.183 florestas comunitárias novas e inventariadas 447, totalizando 1.640 em todo o país; com objectivo de adequação ao actual desenvolvimento sócio económica que o país observa, evitando os possíveis danos que resultem de processos e actividades industriais, foi revisto e aprovado pelo Conselho de Ministros o Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes,

bem como a aprovação pelo mesmo órgão da criação da Agência Nacional de Controle de Qualidade Ambiental (AQUA).

No mesmo período testemunhamos a multiplicação de esforços de parcerias em áreas como Mudanças Climáticas, desflorestação (através de mecanismos como o REDD+, Redução de Emissões derivadas da Degradação e Desmatamento) e degradação de solos, enquanto que na agenda internacional, os grandes desafios ambientais centraram-se na participação em simpósios sobre Mudanças Climáticas e Biodiversidade, e debates a nível dos vários blocos mundiais, com vista a se acertar consensos rumo as Conferências das Partes (COP-16) em Cancun- México, e Cop10, Nagoya – Japão, realizadas nos finais de 2010.

A crise financeira registada a nível global teve repercursões nos orçamentos do sector do Ambiente na ordem dos 37% o que implica que esforços em 2011 serão necessário visando o incremento da participação financeira do Estado e investimento externo, para colmatar os desafios que se colocam no sector.

Considerando as lições aprendidas e em consonância com o Programa Quinquenal do Governo 2010-2014, o sector do ambiente deverá prosseguir com as seguintes prioridades (i)apoio Institucional), ii)Gestão Ambiental incluindo a coordenação intersectorial, iii) Ordenamento Territorial, iv) Qualidade Ambiental, v) sensibilização da população sobre as questões ambientais através do PECODA e vi) Mudanças climáticas incluindo a redução da vulnerabilidade aos seus impactos.

2.Avaliação do Desempenho Geral do Sector (2010)

O quadro da análise é baseado na avaliação qualitativa das actividades realizadas durante o ano de 2010, no âmbito da implementação do Plano Económico e Social (PES) e do PARPA II pelos diferentes sectores na sua vertente ambiental incluindo o MICOA.

i)Coordenação intersectorial.

O resultado mais significativo consiste na reabertura do Curso Médio de Planeamento Físico e Ambiente com 86 estudantes bem como a participação sectorial nos vários processos coordenados pelo MICOA, como a preparação do Compêndio de Estatísticas Ambientais a preparação do Balanço do Primeiro ano da implementação do Programa Quinquenal 2010-2014 para o sector do ambiente sob a liderança do MPD (apresentado durante o Conselho Coordenador do MICOA); a elaboração da Estratégia de Género, Ambiente e Mudanças Climáticas, participação do MICOA na elaboração e divulgação da Matriz do Modelo Simplificado para integração dos Assuntos Transversais; esforços conducentes a integração ambiental no PES 2011 ao nível provincial (3 workshops provinciais de integração ambiental com participação dos sectores das obras públicas, saúde, agricultura, pescas, energia, minas e a participação nas sessões do Conselho Nacional para o Desenvolvimento Sustentável-CONDES a nível central e provincial).

ii) **Na área do Saneamento do meio:** com objectivo de adequar o actual desenvolvimento sócio económico a que o país observa, evitando os possíveis danos que resultem de processos e actividades industriais, foram aprovados pelo Conselho de Ministros os seguintes instrumentos legais: o Regulamento sobre Padrões de Qualidade Ambiental e de Emissão de Efluentes, a criação da Agência de Controle de Qualidade Ambiental, bem como a Directiva Técnica para a Implantação e Operação de Aterros Sanitários em Moçambique, esta última visando dotar os Municípios de conhecimentos e técnicas para lidar de forma saudável com os referidos resíduos. Foi feita a monitorização de actividades implementadas no âmbito do Programa de Combate a Malária em curso no MISAU sobre o uso do DDT (Dicloro Difenil Tricloro Etano), insecticida usado no programa de combate a malária no país, cobrindo as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane.

iii) Planeamento e Ordenamento Territorial. No âmbito da implementação das acções de melhoramento dos assentamentos informais, foi feito o levantamento de 1.679 famílias que vivem em situação de risco no Bairro da Matola “A”, no Município da Matola, com objectivo de reassentá-las em locais mais seguros nos Bairros de Boquisso e Siduawa, Elaborada e aprovada, pelo Conselho de Ministros, a Estratégia para Intervenção nos Assentamentos Informais e respectivo Plano de Acção.

A nível local, salientam-se progressos na integração da componente espacial nos planos distritais em conformidade com os vários instrumentos de Ordenamento Territorial . No âmbito da promoção da elaboração de Planos de Estrutura e de pormenor, foram elaborados e aprovados pelas Assembleias Municipais, os Planos de Estrutura das Cidades de Nacala, Matola, Vila de Marracuene e Inhaminga, documentos que vão permitir a correcta gestão do solo urbano. Elaboração e aprovação da a Estratégia para Intervenção nos Assentamentos Informais, bem como a elaboração do Plano de Pormenor do Parque Ecológico de Malhazine que visa a transformação do ex-paiol em área verde e de uso público múltiplo.

iv) Prevenção da degradação dos solos. Foram aprovados 415 Projectos, sendo 55 de categoria A, 142 de categoria B e 218 de categoria C, o que atesta uma melhoria no ambiente de negócios no país. Realizadas 346 inspecções em todo o país tendo se constatado deficiente cumprimento das medidas de mitigação dos impactos ambientais decorrentes da deficiência na gestão de resíduos, produtos químicos, efluentes, conforme previsto nos Planos de Gestão Ambiental. Concluído o projecto de contenção de erosão na Praia de Tofo (Inhambane) e realizadas obras de contenção de erosão na orla marítima da cidade de Maputo.

v) Gestão dos recursos naturais. Capacitados, a nível central, 32 funcionários sobre a Avaliação Ambiental Estratégica; foi lançado o 1º Compêndio Nacional de Estatísticas Ambientais. Lançado o concurso internacional para contratação de serviços de consultoria para a elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica da Zona Costeira; Monitoradas e mapeadas as áreas propensas á queimadas descontroladas em todo país, tendo se registado um decréscimo na ocorrência de focos de queimadas, na ordem de 44%, comparativamente a igual período do ano passado, o que atesta a efectividade dos programas de redução e combate a este mal.

vi) Educação ambiental. Capacitados 5.304 pessoas em matéria de Educação Ambiental, Planeamento Territorial e Gestão de Recursos Naturais no âmbito do Programa de Educação, Comunicação e Divulgação Ambiental (PECODA) e aprovação da Estratégia do Género , Ambiente e Mudanças Climáticas e Elaborado o Manual sobre Florestas Comunitárias. Foi realizada a 3ª Edição da Feira Ambiental sob o lema "O Papel dos 3 R's – Reduzir, Reutilizar e Reciclar na Geração de Renda", com a participação de 33 expositores e 21 palestrantes oriundos das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Tete, Sofala e Zambézia, e visitada por cerca de 2.000 pessoas. A mesma contribuiu para a educação e sensibilização ambiental dos cidadãos da Beira em relação à gestão dos resíduos sólidos e permitiu uma grande interacção entre os expositores, palestrantes e os visitantes;

vii) O quadro Político e Legislativo pode ser considerado como pertinente para o ambiente e a gestão dos recursos naturais. No entanto torna-se necessário a harmonização e a conciliação entre vários instrumentos legislativos no âmbito de mudanças climáticas , ordenamento territorial entre outros. Foi assinalado que ainda é necessário continuar com os esforços para a divulgação e implementação de diferentes instrumentos legislativos relativos ao sector do ambiente (planeamento e ordenamento territorial, auditorias, licenciamento e inspecções ambientais, reforçando com a capacitação e mobilização de recursos humanos e financeiros.

viii) **No âmbito da Redução da poluição do ar, das águas, e dos solos:** foi feita a monitorização de actividades implementadas no âmbito do Programa de Combate a Malária em curso no MISAU sobre o uso do DDT (Dicloro Difenil Tricloro Etano), insecticida usado no programa de combate a malária no país, cobrindo as províncias de Maputo, Gaza e Inhambane e elaborado o projecto de Prevenção e Mitigação de Futuras Acumulações de Pesticidas Obsoletos Fase IV para a mitigação e tratamento de locais contaminados e embalagens vazias durante os próximos três anos (2011, 2012 e 2013).

ix) **prevenção e redução dos efeitos das calamidades naturais.** Nos esforços conducentes a redução dos efeitos das mudanças climáticas resultantes de desmatamento e degradação de florestas foi elaborada a proposta da EN-REDD+ e apresentada ao Conselho Técnico do CONDES; No âmbito de capacitação das comunidades para adaptação aos efeitos resultantes das mudanças climáticas e seca, o MICOA está a implementar projectos demonstrativos em zonas áridas nos Distritos de Guijá e Chicualacuala na Província de Gaza, estando prevista a sua replicação em outros locais com características similares, e houve participação de Moçambique nos processos internacionais como: COP-16 em Cancun- México sobre Mudanças Climática, Cop 10 em Nagoya-Japão..

3. Avaliação da Execução orçamental

MICOA CENTRAL

	Dotacao	Execucao	%Ex.
Salários	54.710.654,40	54.406.859,51	99,40%
Outras despesas com pessoal	8.584.764,71	8.484.849,71	98,83%
Bens e Serviços	30.192.990,00	30.192.628,17	100,00%
Transferências	5.759.560,00	5.759.560,00	100,00%
Subsídio de Funeral	187.000,00	187.000,00	100,00%
Outras transferências	255.000,00	246.237,16	96,56%
Convecções Internacionais	4.399.000,00	4.399.000,00	100,00%
	104.088.969,11	103.676.134,55	99,60%

Tabela - 1: Execução Orçamental 2010 (Funcionamento)

	Dotação (MT)	Execução (MT)	%Ex.
Apoio e Avaliação do Programa Nac. De Ambiente	5.365.800,00	5.365.800,00	100,00%
PECODA	2.047.500,00	2.047.500,00	100,00%
Adaptação a Mudanças Climáticas	1.417.500,00	1.417.500,00	100,00%
AAE	2.498.330,00	2.498.330,00	100,00%
Projecto-piloto de Contenção de Erosão Changara - Tete	3.240.000,00	3.240.000,00	100,00%
Combate a erosão na orla marítima da Cidade de Maputo	7.650.000,00	7.650.000,00	100,00%
Combate a erosão do Tofo - l'bane	1.935.000,00	1.935.000,00	100,00%
Comb. a queimadas desc. e ref. de comb. a queimadas desc. Tete, sofala e Manica	1.350.000,00	1.350.000,00	100,00%

Elaboração de Planos de Ordenamento T.	4.320.000,00	4.320.000,00	100,00%
	29.824.130,00	29.824.130,00	100,00%

Tabela – 2: Execução Orçamental do MICOA CENTRAL (Investimento)

O presente relatório, visa apresentar a informação sobre o desempenho económico e financeiro a nível do MICOA Central, tendo em conta os orçamentos de funcionamento e Investimento. De salientar que com a crise financeira registada a nível global, a área do Ambiente sofreu cortes nos seus orçamentos na ordem de 37% o que implica que para 2011 será necessário o incremento da participação financeira do Estado e investimento externo, para colmatar os desafios que se colocam a este sector.

Os níveis de execução orçamental apresentados estão relacionados às dotações orçamentais actualizadas e definitivas apresentadas pelo Ministério das Finanças.

De acordo com a tabela 2, o valor previsto para a realização das actividades de investimento foi executado na sua totalidade.

2.5.1.1.1 Lições Aprendidas

De entre as lições aprendidas ao nível dos sectores destacam-se, que :

o processo da elaboração do Programa Quinquenal do Governo 2010-2014 e os respectivos indicadores pelos representantes dos diferentes Ministérios (Agricultura, Pescas , Recursos Minerais, Obras Públicas, entre outros);

a preparação do Balanço do Primeiro ano da implementação do Programa Quinquenal 2010-2014 para o sector do ambiente sob a liderança do MPD (apresentado durante o Conselho Coordenador do MICOA, bem como a elaboração da matriz simplificada para os assuntos transversais, entre outras ctividades ambientais mostrou ser reforço importante na planificação integrada e a implementação de programas multi – sectoriais ;

a promoção de informação, consciencialização e educação ambiental através da implementação do PECODA a nível nacional com o despertar da atenção particular sobre a necessidade da implantação das florestas comunitárias,;

o sistema de recolha de dados ambientais harmonizado com envolvimento de todos os actores de desenvolvimento, bem como a sua disseminação através de instrumentos como o Compêndio de estatísticas ambientais;

a elaboração de forma coordenada de instrumentos legislativos na área de Minas, e Petróleo, do Programa Africano de Adaptação às Mudanças Climáticas, Estratégia de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal, e a realização de vários projectos demonstrativos para as Mudanças Climáticas pela Sociedade Civil com apoio do Fundo do Ambiente mostra o esforço coordenado entre vários intervenientes neste domínio;

ao nível do CONDES, destaca-se a realização das sessões provinciais sobre assuntos ambientais, lideradas pelos respectivos Governadores;

no ordenamento territorial, o envolvimento na demarcação de talhões para reassentamento de famílias vivendo em zonas vulneráveis.

A necessidade de optimização dos instrumentos de financiamento disponíveis ao nível internacional (MDL, PPCR, REDD entre outros

5. Desafios e Perspectivas para 2011

No âmbito do seu plano de actividades, e em consonância com o Programa Quinquenal do Governo), o esforço do sector concentrar-se-á nas seguintes acções: Continuar com as acções de sensibilização da sociedade sobre os assuntos ambientais através da implementação da estratégia de comunicação, divulgação e educação ambiental (PECODA);

Continuar a promover a planificação integrada com ênfase para as vilas e cidades com a elaboração dos diferentes instrumentos de planeamento territorial(planos distritais de uso da terra, planos de pormenor e de estrutura);

A implementação dos projectos demonstrativos para adaptação as mudanças climáticas

Continuar com as actividades relativas a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) a nível da zona costeira;

A implementação do modelo da matriz simplificada para os assuntos transversais com base num conjunto de indicadores estratégicos ligados á prioridades ambientais e com uma visão mais orientada para os resultados assegurando a participação e contribuições dos vários sectores ;

Implementar a Estratégia de Género, Ambiente e Mudanças Climáticas e a directiva sobre os aterros sanitários;

A nível de cooperação, colaboração e participação (parceiros, sector privado e sociedade civil):

Promover esforços conjuntos entre o Governo e os Parceiros de Cooperação na definição e operacionalização dum quadro estratégico e plano de acção harmonizado com várias modalidades de financiamento (p.e. assistência programática);

Fortalecer o diálogo com sociedade civil, sector privado e parceiros de cooperação tendo como base o grupo de trabalho ambiental.

2.6 Área de Segurança Alimentar e Nutricional (Março 2011)

Sumario Executivo:

A Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é uma prioridade nacional para combate a pobreza e fome. Todavia, as estatísticas mostram que o índice de Insegurança Alimentar Crónica ainda continua elevado, em 35% (SETSAN, 2006). A insegurança alimentar é uma das causas subadjacentes da desnutrição crónica. A desnutrição crónica é reconhecida como sendo o melhor indicador da qualidade do capital humano. Em Moçambique, a prevalência da desnutrição crónica é de 44% (MICS 2008), considerada muito alta com base nos critérios da OMS. A desnutrição crónica, que se manifesta pela falha no crescimento nos primeiros anos de vida (baixa estatura para idade), é responsável por um terço das mortes em crianças menores de cinco anos. Além de representar uma das principais causas de morte, a desnutrição crónica pode trazer danos irreversíveis à saúde durante todo o ciclo de vida, tais como: a baixa estatura, o que acarreta a fraca capacidade produtiva e física; diminuição da função cognitiva, resultando num menor rendimento escolar; e maiores riscos de doenças degenerativas como diabetes e a obesidade.

As provincial do Centro e Norte apresentam taxas acima dos 40%, com Cabo Delgado e Nampula apresentando taxas > 50%. As províncias com menores taxas (< 40%) são Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade.

Enquanto que a desnutrição crónica reflecte um problema de longa duração, que começa durante o desenvolvimento do feto na barriga da mãe e continua durante os

primeiros 2 anos de vida da criança, a desnutrição aguda reflecte uma flutuação no consumo alimentar e ou doença/infeções durante um curto período de tempo, que pode ser resultado de um choque (ex: epidemia de cólera, seca, cheia, etc). Os resultados do inquérito MICS de 2008 indicam que os níveis de desnutrição aguda, moderada e grave, nas crianças de 0 a 5 anos baixaram dos 5.4% referidos pelo IDS de 2003 (após reajustamento às novas curvas da OMS) para 4.2%, prevalência esta que não é considerada como um problema de saúde pública

As acções na área de SAN visam assegurar as condições para a produção de alimentos com alto valor nutricional, de forma a garantir o direito de todas as pessoas, a todo o momento, ao acesso físico, económico, e sustentável a uma alimentação adequada, em quantidade, qualidade, e aceitável no contexto cultural, para satisfazer as necessidades e preferências alimentares, para uma vida saudável e activa.

De forma a conter e reduzir esses níveis elevados, o SETSAN e seus membros realizaram, em 2010, várias actividades de coordenação e de implementação de acções para melhoria da produção e disponibilidade de alimentos, acesso, uso e utilização, adequação e estabilidade de alimentos.

Área de Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenação Multisectorial da SAN:

Sendo a Estratégia Nacional de SAN II o suporte e guião orientador para a definição de prioridades e estratégias de implementação das actividades na área de segurança alimentar e nutrição, foram realizadas as seguintes acções em 2010:

Reforço da capacidade institucional: Aprovados pelo Conselho de Ministros o Decreto da Criação do SETSAN, estando em curso o processo para aprovação e divulgação dos estatutos do SETSAN. O SETSAN passou a estar inscrito no SISTAFE/MEO.

Produção de Informação SAN: Foram realizadas 2 Monitorias de SAN: Monitoria de Fevereiro de 2010 que indicou que um universo de 456,300 pessoas encontravam-se em situação de insegurança alimentar e nutricional extrema (InSAN). 1 Avaliação em Agosto e em Dezembro, onde foram identificadas cerca de 350,000 pessoas em situação de InSAN extrema e precisam de assistência humanitária até Março de 2011. Tendo-se constatado na Monitoria de Dezembro que a situação de SAN no país se encontra estável. Foi realizado um estudo de vulnerabilidade urbana nas cidades de Maputo e Matola. Foram produzidos 8 perfis distritais de segurança alimentar e mapeamento de áreas de risco de cinco distritos.

Reforço da SAN nas Políticas, Estratégias e Planos a todos os níveis: SAN inserido no PQG, no PARP, no Plano Multisectorial de Redução da Desnutrição Crónica (aprovado pelo CM em Outubro 2010), no PEDSA, no CAADP e no UNDAF (United Nations Development Assistance Framework). Indicadores de SAN estão incluídos no PARP-2010/2014 e no Quadro de avaliação de desempenho – QAD – 2010/2014.

Foram elaborados os Planos de Acção de Segurança Alimentar e Nutricional (PASAN), da província de Gaza e os respectivos distritos, o mapeamento de

instituições e intervenções de SAN e elaborados 11 distritais e o perfil provincial da província de Gaza.

Para a integração de SAN nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Distrital (PEDDs), foram capacitados 25 formadores (nível central) em inserção de SAN nos PEDDs; capacitados 126 técnicos das EPAPs e ETDs das províncias de Cabo-Delgado e Nampula. Em Cabo-Delgado foram capacitados 25 membros da EPAP e 33 da ETD e SAN Incluída nos Distritos de Ancuabe (11), Chiure (10) e Meluco (11). Em Nampula foram capacitados 31 membros da EPAP e 37 da ETD e SAN incluída nos distritos de Moma (13), Memba (9) e Ribáuè (15).

Legislação: O Ministério da Justiça e Ministério da Agricultura, através do SETSAN, lideraram o processo de formulação do Ante-projecto da Lei do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). O processo encontra-se na fase de auscultação nacional e consulta comunitária em todas as províncias do país e em 55 distritos. Foram feitas auscultações nos sectores da Saúde, Educação, Obras Públicas e Habitação e foi apresentado também para Rede de ONG's para a Soberania Alimentar (ROSA), para além de alguns Conselhos Consultivos e Conselhos Técnicos.

Celebração do Dia Mundial da Alimentação de 2010 e Lançamento da Campanha Agrícola 2010/11: Realizadas as celebrações do dia Mundial da Alimentação e Lançamento da Campanha agrícola 2010/2011 nas 11 Províncias do País, as cerimónias centrais tiveram lugar no dia 16 de Outubro de 2010 na província de Inhambane, distrito de Massinga e foram dirigidas pela S. Excia o Presidente da República. Participaram no evento mais de 50.000 pessoas em todo o país.

Capacitação em SAN: foram capacitados os Governadores de Província, Administradores de Distrito Parlamentares em materia de SAN e DHAA. Seis Governadores capacitados (Niassa, Zambézia, Manica, Tete, Inhambane e Maputo Cidade) e capacitados 330 pessoas (técnicos dos diferentes sectores- 30 pessoas em cada província).

- Disseminação em reuniões nacionais e internacionais: A situação de SAN foi divulgada, também para influenciar atempadamente a tomada de decisão.
- Organização da Reunião Anual dos Órgãos Nacionais coordenadores de Segurança Alimentar e Nutricional dos países do SADC- realizado em Maputo.
- Divulgação nos media: Entrevistas e participação em debates promovidos por estações de rádio e de televisão, sobre o estado de segurança alimentar e nutrição no país
- Liderança do Grupo de Trabalho de Segurança Alimentar e Nutrição e participação e no sub-grupo de trabalho/Cluster de SAN para acções Humanitárias, em que participam o Governo, doadores, Nações Unidas e ONGs,

Produção e Produtividade dos Alimentos

Agricultura: Na campanha agrícola 2009-2010, as áreas semeadas nas principais culturas alimentares foram de 2.725.149 ha de cereais contra 2.556.164 há semeados

na campanha 2008/09, correspondendo a um crescimento de cerca de 6,5%. Foram semeados 873.902 ha leguminosas contra 844.103 ha semeados em 2008/09 o que corresponde a um crescimento de 3,5%; a mandioca teve um crescimento em termos de áreas de 4,6%, tendo passado de 1.199.442 ha em 2008/09 para 1.254.294 ha. A produção obtida foi de cerca de 2,803 milhões de toneladas de cereais contra 2,879 milhões de toneladas planificadas, correspondentes a uma realização de cerca de 98%. Destacam-se a produção de cerca de 2.090 mil toneladas de milho e de 258 mil toneladas de arroz; 421 mil toneladas de leguminosas contra 427 mil toneladas, correspondentes a um grau de realização de cerca de 99%; e 9.738 mil toneladas de mandioca contra 9.961 mil toneladas planificadas, correspondentes a cerca de 98% do planificado. A estiagem e inundações foram as principais causas do incumprimento das metas previstas no Plano de Acção para a Produção de Alimentos (PAPA). No caso específico do arroz a principal causa foi a quantidade insuficiente de semente certificada

Foram distribuídos e disponibilizados insumos agrícolas (semente, instrumentos de produção, charruas e animais para tracção animal) pelas Direcções Provinciais e Distritais de Agricultura, Organizações Não-Governamentais e através de feiras. Esta assistência em insumos agrícolas permitiu que os camponeses, que tinham perdido suas culturas nos primeiros meses por falta de chuvas, conseguissem fazer várias ressementeiras nos meses seguintes e assim recuperar a produção nesta campanha agrícola de 2009/2010.

Foram construídos 180 celeiros tipo Gorongoza (1000 kg capacidade) e 103 silos metálicos (540 e 950 kg capacidade) para uso familiar, 2 armazéns comunitários (150-300 toneladas cada). Foram distribuídos equipamentos para operações pós-colheita, nomeadamente para selecção e secagem de cereais e feijões. Associações de camponeses receberam treinamentos sobre técnicas pós-colheita e técnicas de negociação, a fim de melhorarem a qualidade do produto e vender os produtos a melhor preço.

Pecuária: A produção pecuária registou um decréscimo de 5.7%, fundamentada pela redução na produção de aves vivas; de cerca de 48 mil toneladas de frangos produzidos em 2009 para cerca de 39.5 mil toneladas em 2010. Esta cifra representa um decréscimo de 17.8% e é devido em parte à paralisação de alguns pequenos e médios criadores dada a subida continuada do preço das rações e de pintos pelas incubadoras filiadas à AMA (Associação Moçambicana de Avicultores), a problemática do aumento do preço da ração, assim como dos preços baixos praticados pelos matadouros na aquisição de frango vivo aos produtores. A produção de leite fresco cresceu 18.3% devido ao aumento do número de vacas leiteiras no âmbito do relançamento da produção de leite no País, e pela melhoria do maneio das explorações, através da formação de técnicos e produtores. A partir do mês de Junho de 2009 foram introduzidas mais 160 vacas leiteiras na produção (10 em Nampula, 50 em Sofala e 100 vacas em Manica) e foram melhorados os mecanismos de controlo da produção do sector familiar.

Pescas: A avaliação da produção da pesca artesanal situou-se em 139.8mil toneladas, ou seja, um cumprimento do plano estabelecido para 2010 em 132.4%. O crescimento da produção da pesca artesanal verificou-se em todos os recursos pesqueiros, com a excepção do tubarão e lagosta, cujo crescimento foi negativo.

Acesso aos Alimentos Educação: No âmbito da alimentação escolar foram distribuídos produtos alimentares a 421.034 crianças necessitadas em 841 escolas, acima das 114.000 crianças em 674 escolas previstas para 2010.

Industria e Comercio: Realizada formação de micro empresários nas províncias de Manica, Sofala, Nampula e Niassa. A formação teve enfoque em matérias de gestão e foi dada prioridade aos beneficiários do Fundo de Desenvolvimento do Distrito como forma de assegurar a sustentabilidade dos seus negócios, tendo contemplado mais de 500 beneficiários.

Acção Social: através dos programas de assistência social, um total de 301.281 pessoas beneficiaram de assistência ao longo do ano contra as 462.620 planificadas, representando uma execução de 65%. Importa referir que através do Programa de Desenvolvimento Comunitário foram implementados 19 projectos, beneficiando 49.852 indivíduos dos 245.951 planificados. Capacitação das instituições através de treinamentos sobre assistência social e segurança alimentar e nutrição e entrega de equipamento informático

Obras Publicas: concluídas e abertas ao tráfego as seguintes pontes: 1. Licungo II - Zambézia (50.26 m); 2. Licungo III - Zambézia (80.70 m); 3. Cuácua I - Zambézia (110.90 m). Com relação as pontes na Província de Manica foram concluídas, inauguradas e abertas ao tráfego, as pontes sobre os rios: 1. Nhancuarara (60 m); 2. Lucite (200 m); 3. Mussapa (160 m).

Uso e Utilização dos Alimentos

Saúde/Nutrição: Realizados treinos sobre Aleitamento Materno para 10 Jornalistas e Comunicadores da Cidade e Província de Maputo, atingindo a meta em 100%. Formados 42 trabalhadores de saúde como formadores e 24 conselheiros de nutrição para Pessoas Vivendo com o HIV, representando uma meta de 33% do previsto; Distribuídos materiais para o apetrechamento de 39 Unidades de Reabilitação Nutricional, ultrapassando as 22 unidades previstas; Feita a supervisão do Pacote Nutricional Básico; Realizadas as 02 fases da Semana Nacional de Saúde da Criança, atingindo a meta prevista (100%); Aprovado o Plano de Acção Multissectorial para a Redução da Desnutrição Crónica 2011-2015 (20); Aprovada a Brochura de Orientação Nutricional para Pessoas Vivendo com o HIV/SIDA. Elaborada e divulgada a Política Modelo sobre Aleitamento Materno; Providenciado apoio técnico e financeiro aos Hospitais Gerais de Mavalane e José Macamo na implementação da Iniciativa dos Hospitais Amigos da Crianças (IHAC); Formados sobre a Iniciativa dos Hospitais Amigos da Crianças trabalhadores de saúde dos hospitais de Inhambane e Gaza; Realizado o inquérito de Avaliação do Estado Nutricional das Raparigas Adolescentes na Zambézia (1ª fase); Realizada uma feira de saúde durante a Semana Mundial do Aleitamento Materno; Criado Canto de Amamentação do Ministério da Saúde. Os postos de Sentinela de Vigilância Nutricional garantem informação regular sobre a situação nutricional de crianças atendidas.

Educação: Em relação à promoção da implementação de acções sobre o Pacote Básico de serviços de Saúde Escolar, foram realizadas as seguintes actividades: observação da higiene individual dos alunos, jornadas de limpeza, aquisição de recipientes para depositar água para a higiene das mãos e consumo, tratamento preventivo ou curativo, realização de palestras sobre alguns temas prioritários seleccionados pelo núcleo de saúde escolar em coordenação com o Núcleo Técnico da Saúde.

Industria e Comercio: Desenvolvidas acções de divulgação das melhores práticas de agro-processamento através de programa Cozinha Made in Mozambique tendo já

formado mais de 2.000 pessoas, Centros de Demonstração de Boas e cursos de capacitação em gestão de negócios tendo já beneficiado 500 empreendedores.

Agricultura Mercados e preços: Garantido o funcionamento do sistema de recolha sobre mercados e preços pelo SIMA, informação esta cada vez mais procurado para tomada de decisão

Obras Públicas: Foram construídas/reabilitadas 2.433 fontes dispersas, correspondendo a 61 poços novos, 1.379 furos novos e 993 reabilitações. Estas intervenções, tecnicamente, beneficiam a 1.216.500 pessoas adicionais totalizando 9.250.24. Alocados para as províncias e os distritos, fundos no valor de 113.411.350,00 Meticais, para construção e reabilitação de fontes dispersas;

Obras Públicas: Construídas 40.200 latrinas melhoradas nas zonas rurais do País, servindo um adicional de 201.000 pessoas. Concluído o plano director para o abastecimento de água ao grande Maputo e foi concluída a construção de 13 Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água. No quadro do Abastecimento de água urbana foi alcançada a taxa global de 64%, conforme o planificado, esta taxa representa um nível de acesso de 3.204.308 pessoas.

Estabilidade dos Alimentos

Indústria e Comércio: Desenvolvidas acções de divulgação das oportunidades de instalação de indústrias moageiras e outras nos locais abrangidos pelo programa de construção de silos para a maximização da utilidade económica dos silos.

Pescas: Adquiridas máquinas para o fabrico de gelo para as províncias de Cabo Delgado (Adquiridas máquinas de gelo instalação em Mocimboa da Praia (1), Montepuez (1), e Pemba Cidade (1)), Nampula (Adquiridas para instalação em Memba (1), Nacala Porto (1) e Nampula Cidade(1)), para impulsionar o seu uso tanto em terra como a bordo. Adquiridas e instalados, a título experimental, 3 congeladores para conservação de gelo usando painéis solares, nos distritos de Angoche (1), Chinde (1) e Machanga (1).

Pescas: Capacitadas a nível do País 3290 pessoas em técnicas melhoradas de processamento de pescado (salga, secagem e fumagem), uso de gelo em terra e a bordo, das quais 351 são mulheres e 2938 são homens. Divulgadas as artes de pesca selectivas e de boas práticas de manuseamento, conservação e processamento de pescado e estendidas práticas de crédito informal e linhas de crédito formal orientadas para a pesca, na carpintaria naval e motorização naval.

Desafios

Acelerar a implementação da Estratégia da Revolução Verde, através do seu Plano de Acção para Produção de Alimentos (PAPA), contribuindo assim para o aumento da produção e disponibilidade de alimentos mais nutritivos e saudáveis;

Implementar o Plano de Acção Multisectorial para Redução da Desnutrição Crónica, assegurando o combate à desnutrição crónica nas crianças menores de 2anos e melhorar o estado nutricional das mulheres em idade fértil;

Formular a Anteproposta da Lei do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) prevista no PARPA II e na ESAN II;

Assegurar o a capacidade de produção, processamento, conservação e consumo adequado dos alimentos aos agregados familiares, em particular os mais vulneráveis;

Descentralizar a agenda de SAN;

Reforçar as capacidades dos profissionais do governo e parceiros de planificação e monitoria das actividades de SAN;

Fortalecer as formas de vida das populações e estimular as medidas sustentáveis de redução da vulnerabilidade tendo em conta as mudanças climáticas;

Assegurar o funcionamento de uma estrutura de intervenção multisectorial e interinstitucional, de forma a garantir a coordenação da SAN; .

Disseminar as boas práticas de alimentação adequada para a família Moçambicana; e,

Melhorar os sistemas de monitoria e da avaliação dos resultados de actividades de SAN realizadas pelos vários sectores e instituições responsáveis.

Desafios de SAN

Objectivo Geral 1: Aumento da Produção e Produtividade Agrária e Pecuária
Acelerar a implementação da Estratégia da Revolução Verde, através do seu Plano de Acção para Produção de Alimentos (PAPA), contribuindo assim para o aumento da produção e disponibilidade de alimentos mais nutritivos e saudáveis;

Assegurar a capacidade de produção, processamento, conservação e consumo adequado dos alimentos aos agregados familiares, em particular os mais vulneráveis.

Objectivo Geral 2 – Promoção de Emprego

Objectivo Geral 3 – Desenvolvimento Humano e Social

Implementar o Plano de Acção Multisectorial para Redução da Desnutrição Crónica, assegurando o combate à desnutrição crónica nas crianças menores de 5 anos e melhorar o estado nutricional das mulheres em idade fértil;

Fortalecer as formas de vida das populações e estimular as medidas sustentáveis de redução da vulnerabilidade tendo em conta as mudanças climáticas e HIV e SIDA e as relações de género;

Pilares de Apoio - Boa Governança

Assegurar o funcionamento de uma estrutura de intervenção multisectorial e interinstitucional, de forma a garantir a coordenação da SAN;

Formular a Anteproposta da Lei do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) prevista no PARPA II e na ESAN II;

Descentralizar a agenda de SAN;

Reforço das capacidades dos profissionais dos governo e parceiros, em formulação de políticas, planos e monitoria das actividades de SAN em todo o país;

A orçamentação dos gastos anuais e quinquenais do Governo e Parceiros na área de Segurança Alimentar e nutricional (SAN).

Calamidades: SUMARIO EXECUTIVO:

Na área de gestão do risco de calamidades, continuou a implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação de calamidades naturais nas componentes de prevenção mitigação e de resposta aos e choques climáticos que ocorreram no período em análise, nomeadamente, (i) as chuvas e ventos fortes que afectaram **14.331 pessoas** em quase todo o País e provocaram, 6 óbitos, 45 feridos e destruição de 55 salas de aulas; (ii) as cheias nos Vales do Zambeze, Búzi, Púngoè e Messalo cujo maior impacto se registou no Zambeze onde cerca de **7.500 pessoas** perderam suas casas e; (iii) registo **459.880 pessoas** em situação de insegurança alimentar de devido aos efeitos combinados da irregularidade de chuvas na zona sul e parte da zona centro do País e a ocorrência das inundações. Os esforços que têm sido envidados pelo Governo e parceiros de cooperação na gestão do risco de desastres, explicam, a redução progressiva do número de pessoas afectadas por calamidades. Assim, no Vale do Zambeze, e num cenário de cheias aproximado ou similar, o registo de pessoas afectadas nas cheias de 2007, 2008, 2010 foi de 161mil, 103 mil e 7.5 mil, respectivamente. Em 2010, os esforços do Governo centraram-se na assistência humanitária às pessoas afectadas pelos ventos fortes e inundações bem como na disponibilização mensal de produtos alimentar para assistências a 177.750 pessoas das 459.880 pessoas em situação de insegurança alimentar.

No âmbito da prevenção e mitigação, foram realizados (i) exercícios de simulações de desastres envolvendo comunidades, instituições do Governo e parceiros de cooperação, (ii) criados 31 novos Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades (CLGC), elevando para 558 Comitês criados desde 2007; foram formados e capacitados, em matéria de redução do risco de desastres, pelo menos 168 líderes ao nível distrital, concluídas 2.190 casas nos Bairros de Reassentamento e continuados os programas de adaptação às mudanças climáticas nas zonas áridas e semi-áridas.

Apesar dos esforços empreendidos e os resultados que apontam para uma melhoria no sistema de gestão do risco de desastres, principalmente no que tange à implementação de um sistema de coordenação entre os diferentes actores a todos os níveis, o que contribui para melhorar as acções de resposta às calamidades com base no Plano de Contingência, prevalece ainda como preocupação do sector, a fraca integração da componente de redução de desastres nos diversos planos de desenvolvimento a nível local e sectorial o que pode justificar a fraca alocação de fundos, tanto do orçamento do Estado como dos parceiros de cooperação.

Avaliação do Desempenho em 2010- calamidades

Na área de gestão do risco de calamidades, continuou a implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação de calamidades naturais nas componentes de prevenção mitigação e resposta a desastres, tendo sido alocado um total de **419.555.000Mt** para implementação dos programas de redução da vulnerabilidade, plano de reassentamento no Vale do Zambeze e Save e o Plano de Contingência cuja execução orçamental situou-se nos cerca de%. A alocação de fundos para o Plano de Contingência permitiu a activação atempada dos sistemas de aviso prévio, o pré-posicionamento de meios em locais estratégicos bem como activação da Unidade Nacional de Protecção Civil para operações de busca e salvamento, para além da assistência humanitária aos mais necessitados, o que concorreu, sobremaneira, para

a redução dos impactos dos choques climáticos e minimização do sofrimento das populações.

Assim, em 2010, o sector foi chamado a coordenar as acções multisectoriais para resposta às situações que ocorreram, nomeadamente, (i) as chuvas e ventos fortes que afectaram **14.331 pessoas** em quase todo o País e provocaram, 6 óbitos, 45 feridos e destruição de 55 salas de aulas; (ii) as cheias nos Vales do Zambeze, Búzi, Púngoè e Messalo cujo maior impacto se registou no Zambeze onde cerca de **7.500 pessoas** perderam suas casas e; (iii) registo **459.880 pessoas** em situação de insegurança alimentar de devido aos efeitos combinados da irregularidade de chuvas na zona sul e parte da zona centro do País e a ocorrência das inundações, das quais cerca de **178 mil** beneficiaram-se do programa de assistência alimentar.

Por outro lado, a implementação dos diversos programas inscritos no PES e orçamento do Estado 2010, na componente de redução do risco de desastres contribuíram para (i) criação e consolidação de uma estrutura de coordenação das acções de preparação e resposta às emergências a todos os níveis através dos Centros Operativos de Emergência regionais (CENOE) provinciais e distritais (COEs) envolvendo as instituições do Governo e parceiros de cooperação; (ii) criação e capacitação e equipamento dos Comités Locais de gestão de Risco de Calamidades (CLGRC) como forma de potenciar as comunidades para maior intervenção nas acções de prevenção e resposta a nível das comunidades; (iii) capacitação dos líderes e membros dos governos locais ao nível de base (Postos Administrativos – PA e Distritos) sendo de realçar: chefes dos PA, chefes dos serviços distritais, Professores, Secretários Permanentes e Administradores; (iv) capacitação da população que vivem em zonas áridas e semi-áridas, sobre as técnicas de adaptação e mitigação das condições climáticas, entre elas, o aproveitamento dos recursos disponíveis para o aumento da renda familiar; a prática da agricultura de conservação, o reflorestamento, as alternativas de modos de vida e subsistência entre outras; (v) apoio às populações na construção de casas melhoradas nos Bairros de Reassentamento criados no Vale do Zambeze e Save;

Por outro lado, a execução do programa de reassentamento pós – cheias que está a decorrer na bacia do Zambeze e Save, continuaram como um grande contributo na dinamização das comunidades para a construção de habitações melhoradas e em locais seguros, o que contribui bastante para a redução gradual das pessoas afectadas pelas cheias e para a prática de alternativas de subsistência. É desta forma que, no Vale do Zambeze, e num cenário de cheias aproximado ou similar, o registo de pessoas afectadas nas cheias de 2007, 2008, 2010 foi de 161mil, 103 mil e 7.5 mil, respectivamente.

O sector levou a cabo, com financiamento dos parceiros, estudos que visam a identificação de programas de adaptação e mitigação às mudanças climáticas a serem implementados ao nível das comunidades bem como pelos diferentes sectores. Foram realizados os mapeamentos de risco dos distritos de Chicualacuala, Chigubo, Guija Massangena e Massingir, que irão permitir uma maior integração destes aspectos nos PEDD respectivos. Foi igualmente feito o treinamento e equipamento da unidade de mapeamento da DARIDAS. Em 10 distritos (Chicualacuala, Chibuto, Massangena, Mabalane, Guijá, Chigubo, Mabote, Changara, Machanga e Machaze) da zonas aridas e semi áridas, foram implementadas com a comunidade, envolvendo aproximadamente 20,000 pessoas, acções de redução de risco, tais como disseminação e multiplicação de culturas tolerantes a seca, construção de pequenos reservatórios de água, celeiros melhorados, mangas de tratamento de gado, plantação de árvores, limpeza de canais de drenagem entre outras através de comida por trabalho. Foi igualmente criado um gabinete para auscultação e apoio ao trabalhador/funcionário portador do vírus HIV bem como promoção de 2 palestras sobre prevenção e sensibilização para o teste de seroprevalência,

Contudo, continuam como nós de estrangulamento, a fraca integração das questões de redução do risco de desastres nos planos de desenvolvimento local e sectorial, bem como a falta de um mecanismo flexível de financiamento destas actividades, tendo em conta o seu carácter transversal, apesar de estar em curso um estudo sobre o mecanismo de financiamento das questões de gestão do risco de desastres cuja primeira abordagem foi apresentada ao Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC) em Novembro de 2010. Espera-se que o estudo seja aprovado a nível do Conselho de Ministros em 2011 para a sua implementação posterior. A descentralização das capacidades de Redução do Risco de Desastres (a nível provincial e distrital) constitui também um desafio incluindo obras de construção e apetrechamento de centros regionais de Operações de Emergência novos e estabelecidos e a capacitação dos técnicos envolvidos em acções de gestão do risco de calamidades.,

Para responder a questão de integração dos assuntos transversais nos planos sectoriais e para a monitoria das acções definidas no Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades Naturais, recomenda-se a implementação da matriz simplificada dos assuntos transversais, cuja elaboração foi coordenada pelo MPD, com o objectivo de garantir a melhor integração dos assuntos transversais no processo de planificação e orçamentação, bem como servir de instrumento de monitoria de implementação das estratégias e Planos multisectoriais, como é o caso do Plano director de Prevenção e mitigação de Calamidades naturais

Grupo de trabalho de Género

SUMÁRIO EXECUTIVO

As actividades, orçamentos e resultados sectoriais na área de Género não foram atingidos na integra. Todavia registaram-se alguns progressos assinaláveis como a aprovação do PNAM 2010-2014, a realização da II Conferência Nacional sobre Mulher e Género, elaboração dos relatórios do CEDAW e Beijing + 15, sessões de aconselhamento as vítimas de violência, produção de material IEC para a Divulgação da Estratégia de Género da Função Pública, a sensibilização e educação em matéria de Género bem como o envolvimento do homem, a capacitação em matéria de Planificação e Orçamentação na Óptica do Género. Entretanto persiste em quase todos os sectores a ausência sistemática da desagregação de dados por sexo, como forma de fornecer evidências da (des)igualdade de género, bom como para influenciar políticas tendentes a Igualdade e Equidade de Género. Outro aspecto preocupante é o não uso como instrumento de trabalho a Política de Género e a Estratégia da sua Implementação nem a Estratégia de Género na Função Pública, ilustrada pela lenta criação das Unidades de Género. Com este desempenho ainda não satisfatório. Sugere-se que para 2012 se inclua nas questões transversais a área do Género.

ÁREAS DE MELHOR DESEMPENHO

Ministério da Mulher e da Acção Social

Realizada a II Conferência Nacional sobre Mulher e Género;

Aprovado o PNAM 2010-2014;

Elaborados relatórios do CEDAW (3º e 4º combinados) e de Beijing+15;

Realizadas 8 sessões de divulgação do Guião de Integração de Género nos Planos Distritais;

Criados 39 novos Conselhos Distritais para o Avanço da Mulher;

Apoiadas 112 Associações de mulheres chefes de agregado familiar, das quais 60 novas e 52 antigas sendo: 9 em Cabo Delgado; 12 na Zambézia; 9 em Tete; 35 em Sofala; 4 em Manica; 4 em Inhambane; 16 em Gaza; 5 em Maputo província e 18 em Maputo Cidade; no desenvolvimento de actividades de geração de rendimento em

todo o País. Estas associações beneficiaram de insumos agrícolas, capacitação vocacional em corte e costura e em gestão de projectos;
Realizadas 816 sessões de aconselhamento às vítimas de violência, das 220 sessões planificadas, sendo 530 em Cabo Delgado, 65 em Nampula, 37 em Sofala, 24 na Cidade de Maputo, 06 em Tete, 104 na Zambézia e 46 em Inhambane;
Realizados 15 seminários de divulgação de Instrumentos Nacionais e Internacionais que defendem e promovem a mulher e a rapariga;

Ministério da Agricultura

Realizados 4 seminários sobre Integração da abordagem de género nos recursos terra e água para a irrigação, Planificação na Óptica de Género e sensibilização em Género e HIV e SIDA, tendo beneficiando 209 pessoas, das quais 135 mulheres;
Formados 1.073 produtores, sendo 571 homens e 322 mulheres em matérias do Decreto Lei, Agro negócios e gestão pós colheita na Província da Zambézia;
Capaciados em planificação e OOG planificadores, pontos focais, técnicos de departamentos de economia e chefes de serviços de Niassa num total de 200, dos quais 40% mulheres.
Realizadas acções de monitoria e de sensibilização sobre género e HIV SIDA em 3 distritos da província de Gaza e em 3 distritos da província do Maputo.

Ministério das Obras Públicas e Habitação

Formação de mulheres em actividades tidas como masculinas, ex. condução de tractores e outro tipo de equipamento;

Ministério da Função Pública

Produzidos CDs de divulgação da Estratégia do Género na Função Pública;

Ministério da Planificação e Desenvolvimento

Mantiveram-se orientações metodológicas para integração das questões de Género nos Planos e Orçamentos e BdPES;
Elaborado relatório de Moçambique sobre os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio;

Ministério do Trabalho

Promovida a formação inicial e contínua para 76.722 candidatos a emprego dos quais 31.606 mulheres.

Ministério da Saúde

Aumentada a cobertura de partos institucionais de 55% para 66%;
Implementado o programa de prevenção, rastreio e tratamento do colo uterino em todas as províncias;
Reforçadas acções para o aumento do acesso aos serviços e métodos de planeamento familiar e contraceptivo através de intervenção ao nível das comunidades e do Serviço Nacional de Saúde;
Implementada a Iniciativa Maternidade Modelo (IMM) em 33 Unidades sanitárias da cidade de Maputo (5), Inhambane (4), Sofala (3), Manica (3), Tete (3), Zambézia (4), Niassa (3) e Cabo Delgado (4);
Aprovada a Estratégia do Planeamento Familiar (PF) e elaborado o plano operacional; reiniciada a pesquisa sobre o envolvimento do homem os serviços de Saúde Sexual e Reprodutiva no Centro de Saúde 1º de Maio na Cidade de Maputo ;

Ministério da Justiça

Aumento do número de mulheres nos Tribunais;
Divulgados os direitos de cidadãos, especialmente da mulher carente em matérias ligadas a alimentos, regulação do poder parental e violência doméstica;
Alargada a cobertura do IJAPa mais 20 distritos, sendo 10 com implantação física e 10 com cobertura ambulatória;

Reabilitados e reinseridos socialmente 2.740 reclusos em áreas profissionalizantes dos quais 138 mulheres;

Ministério da Educação

Aumento do número de mulheres a frequentar o Subsistema de Alfabetização e Educação de Adultos;

Redução do rácio professor/aluno de 67,7% em 2009 para 65,8 % em 2010;

ÁREAS DE FRACO DESEMPENHO

Ministério da Agricultura

Fraca desagregação de dados por sexo;

Reduzido número de mulheres Extensionistas Rurais.

Ministério das Obras Públicas e Habitação

Fraca desagregação de dados por sexo.

Ministério da Função Pública

Fraca desagregação de dados por sexo

Ministério do Trabalho

Fraca desagregação de dados por sexo

Ministério da Justiça

Fraca desagregação de dados por sexo

Ministério da Educação

Fraca desagregação de dados por sexo;

Fraca ingresso da rapariga nos Institutos de Formação de Professores, somente 30%.

Taxa de conclusão pela rapariga foi de 42,8% contra o planificado de 46%;

Lições aprendidas/Geral

Precisite e na maior parte dos sectores, a ausência sistemática de dados desagregados por sexo. Lenta criação de Unidades de Género; a não implementação da Estratégia de Género na Função Pública pelos sectores.

Relatório Desminagem

Introdução

É objectivo fundamental do Programa de Desminagem em Moçambique assegurar a erradicação da presença de minas e engenhos remanescentes de guerra nas comunidades afectadas, com vista a reduzir a perda de vidas humanas causadas por artefactos explosivos e garantir a livre circulação de pessoas e bens, a implementação de projectos de desenvolvimento económico e social, bem como a consecução da estratégia de desminagem *distrito por distrito*, perspectivada pelo Plano Nacional de Acção contra Minas 2008-2014, aprovado pelo Governo de Moçambique em Abril de 2008, constituindo ainda parte fundamental daquilo que é o cumprimento das obrigações de Moçambique, no âmbito do Artigo 5 do Tratado de Banimento de Minas Anti-pessoal (Convenção de Ottawa).

O Instituto Nacional de Desminagem (IND), para garantir a eficiência e eficácia das operações de desminagem tem como tarefas principais executar a garantia de qualidade e a gestão de informação sobre as actividades de acção contra minas no país. É fundamental que todas as áreas confirmadas de estarem minadas, ou suspeitas, sejam objecto de intervenções de pesquisa e desminagem, conduzidas por operadores nacionais e internacionais de desminagem humanitária. Para tal, é

pertinente garantir fundos do OE e assegurar a mobilização sustentável de recursos dos parceiros de cooperação.

Resultados de Desminagem em 2010

Para 2010, tinham sido programadas 171 áreas, num total de 5.1 milhões de m² de terras consideradas perigosas devido à confirmação ou suspeita de presença de minas terrestres, tendo sido assim executado cerca de 23%, acima do que havia sido planificado, o que representa um marco significativo em termos de segurança para a livre circulação de pessoas e bens, prossecução de projectos de desenvolvimento social e económico, como a reabilitação de estradas, pontes, vias ferroviárias, linhas de transporte de energia eléctrica, telecomunicações, construção de escolas, hospitais, fontes de água potável e locais de reassentamento populacional.

É importante referir, que no ano 2008, as actividades de desminagem resultaram na libertação de pouco mais de 2.3 milhões de m². Por sua vez, em 2009, foi liberta uma área de 3.2 milhões de m², significando isto, que a meta atingida em 2010, constitui um acréscimo de produtividade na ordem dos 52% em relação ao ano transacto.

Com tudo foram libertas 136 áreas correspondentes a 6.1 milhões de m² que se encontravam bloqueadas ao desenvolvimento de actividades produtivas devido à confirmação ou suspeita de presença de minas e engenhos remanescentes de guerra, tendo sido destruídas 883 minas terrestres e 531 engenhos não-explodidos.

3 Situação de Minas Prevalente em 2010

Em 2010, foram realizados trabalhos de desminagem, pesquisa e verificação técnica, cujos resultados apontam que no País ainda existem 321 áreas que correspondem a 9.5 milhões e m² remanescentes da pesquisa de base e adicionadas a novas áreas.

Pesquisa de Base

Após os trabalhos de desminagem realizados em 2009-2010, a situação de minas prevalente no país apresenta 218 áreas que correspondem à 4.9 milhões de m² nas províncias de Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo Província e 102 áreas novas identificadas correspondentes à 3.9 milhões de m² fora da “ Base Line” nas províncias de Cabo Delgado, Niassa, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo Província. Tabela I a seguir: Situação prevalente de minas

Província	Distritos	Nr. de áreas	Área em m ²
NIASSA	9	20	40,620
CABO DELGADO	7	12	532,628
TETE	5	11	1,595,270
MANICA	7	43	2,462,395
SOFALA	5	61	1,437,882
INHAMBANE	10	144	2,802,223
GAZA	4	8	170,689
MAPUTO	3	21	306,432
Total	50	320	8,774,891

Fonte: Base de Dados-IND/2011

De referir que os dados acima apresentados, incluem para além das áreas remanescentes da pesquisa de base, novas áreas identificadas pelos operadores no âmbito de desminagem distrito por distrito.

4. Perspectivas para 2011

Concluir as intervenções de pesquisa e desminagem na linha férrea do Limpopo, o que significará a libertação de uma área aproximada de 1.750.000 m² que se encontrava afectada por minas ao longo do Corredor do Limpopo.

Pesquisar, desminar e destruir todos os engenhos não-explodidos nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, tendo em vista libertar todas as áreas suspeitas reportadas pelas comunidades e estruturas dos governos distritais em 2007/2008.

Concluir a formação de unidades da PRM em matérias sobre destruição de engenhos não-explodidos, na província de Niassa.

Criar Comissões Provinciais de Desminagem nas províncias de Gaza, Tete e Nampula (onde os governos provinciais não responderam positivamente ao processo iniciado pelo IND).

Classificar como “livres de minas”, 50 distritos das províncias de Niassa (Lago, Sanga, Mavago, Muembe, Majune, Lichinga, Mandimba, Cuamba, Mecanhelas, Nipepe e Marrupa; Cabo Delgado (Mueda, Nangade, Palma, Mocímboa da Praia, Macomia, Ancuabe e Montepuez); Nampula (Meconta e Malema); Zambézia (Pebane, e Chinde); Tete (Zumbo, Marávia, Chiúta, Macanga, Angónia e Tsangano); Manica (Macossa, Báruè, Sussundenga e Gondola); Sofala (Cheringoma, Muanza, Búzi e Machanga); Inhambane (Guvuro, Massinga, Morrumbene, Zavala e Panda) Gaza (Massangena, Chigubo, Chibuto, Mandlakazi e Bilene); Maputo (Manhiça, Boane, Matola e Namaacha), nos quais se encontram numa fase conclusiva as operações de pesquisa (não-técnica e técnica), desminagem e destruição de engenhos não-explodidos.